

# Acção Socialista



N.º 1301 18 Março 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

## 3 ANOS DE GOVERNO PS 3 ANOS COM RUMO

Ricardo Oliveira



Contas públicas em ordem, crescimento económico acima do previsto e nova geração de políticas sociais são três marcas fundamentais dos três anos do Governo socialista.

PÁGINAS CENTRAIS



2

**Entrevista à ministra da Educação pelos leitores do "Acção Socialista"**



7

**ESPAÑA: REFORÇADA A CONFIANÇA NOS SOCIALISTAS**

SEGUNDA ENTREVISTA PELOS LEITORES DO "ACÇÃO SOCIALISTA":

**Ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, responde sobre política geral**

Envie a sua questão até 26 de Março para: [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)



# “Mais e melhor edu

**Maria de Lurdes Rodrigues responde nesta edição do “Acção Socialista” a perguntas colocados pelos nossos leitores sobre os diferentes aspectos da grande reforma do sistema educativo em Portugal, a qual não se confina apenas à problemática da avaliação dos professores.**

**Com esta iniciativa inédita o “AS” dá voz aos militantes do PS que directamente questionam uma das mais contestadas ministras do actual Governo, que pela sua coragem, determinação e firmeza tem vindo a mudar as condições de trabalho, de educação e de aprendizagem nas escolas portuguesas, e cujos resultados são já bem visíveis pela descida do insucesso e abandono escolar em todos os níveis de ensino.**

De José Pedro Amaral  
(estudante do 12º ano)

A política educativa, no meu entender, tem sido a acertada, mas os professores continuam a reclamar e a dizer que são tratados injustamente por este Governo. Será que pode a sr.ª ministra esclarecer-me se esta avaliação em todos os seus itens não promove o facilitismo em tirar boas notas ou se realmente favorece os bons professores e de que maneira?

Gostaria de dizer, em primeiro lugar, que este sistema confia nos professores e na escola, e que a melhor garantia de que o sistema de avaliação não promove o facilitismo é o facto de serem os professores a definir os objectivos a atingir, que serão necessariamente consentâneos com o projecto educativo da escola. Procuramos reconhecer o mérito dos professores que, em resultado do seu trabalho com os seus alunos, conseguem melhorias nos resultados escolares destes e na qualidade das aprendizagens. Este pareceu-nos sempre um importante princípio a respeitar – no fundo, valorizar aquele que é um dos principais resultados do trabalho do professor.

No que toca à questão da possível inflação das notas, é importante que se tenha em conta que existem dispositivos de controlo da qualidade e credibilidade de todo o processo. Por um lado, importa lembrar que não são as notas dos alunos que contam, mas, sim, os progressos verificados nas aprendizagens. Por outro lado, a comparação dos resultados dos alunos num ano com os do ano anterior, com outros alunos da mesma disciplina e com outras disciplinas da mesma turma, ou com os objectivos definidos pelas escolas, bem como a análise das diferenças entre classificações internas e classificações externas permite evitar que as notas sofram uma inflação.

De Júlia Sanches

Senhora ministra, os professores de Português-Alemão que ficaram no quadro, há anos, no antigo grupo 22 (Inglês – Alemão) foram retirados deste grupo e incluídos no grupo 340 (Alemão). (cf. M.A.R.E. – Movimento Anual da Rede Escolar 2006; pág. 3, ponto 2). E os professores de Português-Francês (antigo grupo 21) são colocados no grupo 300 (Português).

Ora, sabendo que há um número muito reduzido de alunos de Alemão, o que fazem estes professores, quando o próprio ministério, no outro documento de 2007, remete as horas de Alemão para os professores de Inglês?

A distribuição de serviço entre docentes

com formação adequada para leccionar Inglês e/ou Alemão deve ser realizada de forma a que sejam indicados para concurso apenas horários relativos à disciplina de Inglês. A actividade lectiva da disciplina de Alemão deve ser assegurada pelos docentes em exercício de funções na escola/agrupamento de escolas. (Cf. *Orientações a Observar pelos Órgãos de Gestão das Escolas e Agrupamentos de Escolas Quanto à Distribuição do Serviço Docente, Plurianualidade das Colocações e Renovação da Contratação – 2007*)

Deste modo, uma escola nunca poderá pedir para concurso um professor de Alemão!

Mas o mais surpreendente é que estes professores de Português-Alemão não podem concorrer ao grupo 300 (Português) cuja habilitação é a mesma que a dos professores de Português-Francês. Se o quiserem fazer devem concorrer para mudar de grupo (o que nunca conseguirão porque concorrem na 4.ª prioridade). Dirá o Ministério: Mas estes professores podem leccionar Português. Mas como podem leccionar Português, se há os professores do grupo 300 que têm prioridade nas Escolas e nos concursos?

É importante afirmar que a prioridade do recrutamento dos professores deve ser a de assegurar às escolas as condições para efectuar uma melhor gestão dos seus recursos humanos, e não, como aconteceu nos últimos anos, desenvolver um sistema de recrutamento e selecção de professores centrada nas lógicas de organização do ensino superior. Foi esse o princípio que orientou as alterações que fizemos aos grupos de recrutamento de professores e às habilitações profissionais para a docência.

De Caldeira Romão

Considerando que grande parte dos professores não terão tido até hoje a oportunidade de abordar os conceitos, métodos e técnicas daqueles processos, está a senhora ministra da Educação disponível para introduzir alterações ao processo?

Parece-me fundamental realçar que o acto de avaliar não é estranho ao trabalho dos professores, e é uma componente essencial e diária da sua actividade. Ao mesmo tempo, é importante lembrar que estão a decorrer em todo o país acções de formação de forma a abranger todos os intervenientes na avaliação: conselhos executivos, professores coordenadores de departamento e professores titulares avaliadores. Para os professores em geral, está a ser organizada, também, formação em metodologias e técnicas de auto-avaliação. Nesta, como nas outras medidas que



lançámos, está prevista a sua monitorização e avaliação; assim, no final do primeiro ciclo de avaliação serão introduzidas as melhorias que sejam consideradas necessárias.

De Bernardino Silva Gaspar

É um facto inquestionável que a nova reforma do ensino vai colocar em prática velhas exigências dos pais e encarregados de educação, daí o seu efectivo apoio à reforma em acção. E sendo assim, porque razão a sr.ª ministra não aborda a questão com os pais? Deveria explicar aos pais a importância da reforma nas suas diversas áreas. Os pais merecem ser elucidados e colocados ao lado deste processo de forma inequívoca.

Se há esforço que considero que foi conseguido foi o envolvimento de outros actores na política educativa. As associações de pais e as autarquias são o melhor exemplo desse esforço. Temos hoje a CONFAP como parceiro essencial do Ministério da Educação e, no novo modelo de gestão, procurámos alargar a participação dos pais na vida escolar. Aliás, o próprio modelo de avaliação prevê que a opinião dos pais seja contabilizada – se o professor assim concordar – para a avaliação dos docentes.

De Cristina Rocha

Ouvi-a, hoje mesmo, referir que a escola pública está melhor. Em que fundamenta essa sua opinião?

Gostaria de destacar três áreas em que julgo que é visível que a escola pública está melhor. Em primeiro lugar, a melhoria do funcionamento das escolas públicas, colocando-as ao serviço das famílias e dos alunos, e, dessa forma, promovendo uma verdadeira igualdade de oportunidades. As aulas de substituição e ocupação plena dos tempos escolares, a colocação de professores por períodos de três anos, o funcionamento

das escolas de primeiro ciclo a tempo inteiro, com actividades de enriquecimento curricular como inglês, música e actividade física, com refeições para todos os alunos são exemplos de medidas que contribuem para este objectivo. Em segundo lugar, julgo que devemos destacar o aumento do número de alunos no ensino secundário. Em resultado da generalização do ensino profissional nas escolas de ensino secundário, com a abertura de milhares de novos cursos profissionais, oferecendo novas e diversificadas oportunidades de formação para os jovens nos dois últimos anos escolares, aumentou de forma sustentada o número de alunos no ensino secundário. Finalmente, os resultados escolares, com a baixa de insucesso escolar no ensino básico e secundário.

De Joaquim Caramelo

Acha, sr.ª ministra, correcto que os professores que, no princípio dos anos 90, exerceram lugares de chefes de departamento, no conselho pedagógico, foram directores de turma, pertenceram até aos órgãos de gestão e que em 1996/97 fizeram o mestrado, mas não tiveram lugares de destaque nos últimos sete anos, e portanto não são professores titulares, repito, é justo estes professores serem avaliados pelos colegas com menos anos de serviço?

O primeiro concurso para professor titular procurou valorizar os professores que estão nas escolas e que desempenham cargos de coordenação pedagógica. Foram contabilizados os últimos sete anos por um constrangimento técnico inultrapassável, mas o fundamental é que a grande maioria dos professores, que são hoje professores titulares, estava em melhores condições para ocupar estas funções. E este é o primeiro concurso, no qual foram providas apenas 50 por cento das vagas disponíveis. Abrirá um

# Educação para todos”



## Escola Superior de Educação?

Foi valorizada a experiência dos professores que estão na escola e que desempenharam cargos de coordenação pedagógica, e não tanto as competências de gestão em abstracto, ou adquiridas noutras organizações.

## De Vera Santana

**O que entende necessário para que, no âmbito do ensino artístico da música, os nossos jovens tenham a possibilidade de conjugar a aprendizagem séria e contínua da arte musical (incluindo aulas de instrumento) com a aprendizagem das restantes matérias e disciplinas no ensino básico e secundário? A minha resposta vai no sentido de manter o sistema de ensino artístico musical, neste aspecto, dentro dos moldes actuais, ou seja, garantir que a música seja ensinada em locais próprios, as Escolas e Conservatórios de Música, por Profissionais com competências próprias, os Professores de Música dessas Escolas e Conservatórios.**

Entende-se que os regimes integrado e articulado são os dispositivos que melhor permitem às escolas proporcionar aos alunos uma formação completa. O actual modelo onde domina o regime supletivo de ensino representa um enorme esforço para as famílias sobre quem recai o ónus relativamente à educação artística dos filhos. São elas que determinam essa escolha e se obrigam a sacrifícios para proporcionarem aulas de música aos filhos em contexto de reduzida oferta e fragmentação na organização desta. É esta situação que tem de mudar, criando maiores e melhores oportunidades de acesso a esta modalidade de ensino, esperando que a escolha possa resultar não só do papel das famílias, mas também do interesse dos alunos por um instrumento musical ou uma profissão artística. Esta alteração implica enfrentar dois desafios: melhorar a organização da oferta dos cursos de ensino artístico especializado e disseminar por uma rede mais alargada de escolas a oferta de cursos de educação artística de música ao nível do básico e secundário. Os objectivos para o ano lectivo de 2008/09 são aumentar de 50 a 100 por cento o número de alunos nos cursos de iniciação, aumentar em 30 por cento os alunos a frequentar os regimes articulados e integrados nos ensinos básico e secundário, correspondendo isto a um universo de mais que 25 mil alunos e a um investimento de 50 milhões de euros.

## De Ana Margarida Ferreira da Silva

**Um docente que leccione em duas diferentes escolas terá que ser avaliado em ambas. Caso obtenha uma nota diferente em cada uma delas, qual é a que prevalecerá?**

Prevalecem as duas, dado que a avaliação tem sempre consequências. O docente será avaliado nas duas escolas e o seu tempo de serviço será contabilizado em cada uma delas em função da sua avaliação. O tempo só não será contabilizado no caso da escola na qual ao professor for atribuída a classificação de Insuficiente.

**A sra. ministra tem consciência de que, mesmo com o mecanismo da delegação de competências, existem vários departamentos onde nem o respectivo coordenador, nem os restantes professores titulares, pertencem à área de alguns dos avaliados? (por exemplo, integro o Departamento**

**de Ciências Sociais e Humanas e lecciono disciplinas de economia; sendo a coordenadora da área de história, seria natural que esta delegasse a sua competência de avaliadora em outro professor titular. Sucedem que também nenhum dos professores titulares tem formação nesta área: uma é também de história e outro de filosofia).**

Como disse anteriormente, os professores são avaliados nas suas escolas pela direcção executiva e pelos professores coordenadores de departamento curricular. O presidente do Conselho Executivo pode delegar a avaliação nos restantes membros da direcção executiva, e os coordenadores do departamento curricular podem delegá-la noutros professores titulares. Mesmo que não existam professores titulares, e no caso dos professores a avaliar serem mais do que 12, o despacho de delegação de competências prevê que a avaliação possa ser delegada noutro professor não-titular. Procurámos que as escolas tivessem à sua disposição todas as ferramentas para que, com autonomia, possam criar as condições para que o processo de avaliação decorra com qualidade.

**O decreto regulamentar prevê que para se ser avaliado é necessário que se tenha leccionado no mínimo seis meses. Mas isto independentemente do número de horas? (é porque se isto é assim pode cair-se no ridículo de se ter de avaliar um professor que leccionou seis meses com oito horas e não tem que se avaliar um professor que leccionou três meses mas com horário completo, quando este último, de facto, deu um número bastante maior de aulas embora num menor espaço de tempo!!!).**

Considerou-se que seis meses é o período mínimo para um professor que está com alunos tenha o seu desempenho avaliado. O fundamental é compreender que não está aqui em causa tanto o número de horas, mas sim a importância do trabalho continuado com um grupo de alunos de planeamento, desempenho de actividade lectiva, avaliação, etc.

**Acha justo que os professores sejam avaliados relativamente ao presente ano lectivo quando os itens apenas foram conhecidos em Janeiro (já tinha passado o 1.º período!), e quando na generalidade das escolas do país os objectivos individuais só serão estabelecidos no 3.º período??? (por exemplo na minha escola, e de acordo com o calendário já aprovado, os objectivos de escola serão definidos até 2 de Abril e a definição dos objectivos individuais acontecerá, logicamente, só depois desta data, ou seja, definirei os meus objectivos depois de ter dado sete meses de aulas e quando já só me faltarem dois meses!!!).**

É importante ter em linha de conta que o período ao qual a avaliação se refere é de dois anos lectivos. Por outro lado, os objectivos individuais são fixados pelo professor avaliado e pelo professor avaliador, decorrendo estes do projecto educativo das escolas, já aprovado e que é de conhecimento da comunidade educativa.

## De Manuel Ataíde

**Sou professor do 1.º Ciclo do Ensino Básico, numa instituição privada.**

**Estando eu agregado a uma escola privada, estou habituado a um sistema**

**de avaliação permanente – apesar de informal e sem documentação a sustentar a mesma – e quando soube da intenção do ministério muito me satisfiz.**

Confesso que ainda senti alguma resistência à ideia, mas é urgente abalar esta corporação em que se transformou o ensino.

Nos últimos tempos tenho ouvido expressões como: "A escola é dos professores" ou "Os professores não são os alunos" – esta frase destinada a sublinhar a estranheza face à mobilização de professores do passado sábado, dia 8 do corrente.

Sinto que o que se passou foi o facto de os bons professores – aqueles a quem esta avaliação interessa de verdade – terem sido arrastados para um clima de insatisfação um pouco devido a uma falta de informação – ou encobrimento da mesma por parte dos sindicatos. Como poderá a Senhora Ministra reverter este quadro? Como trazer de volta os bons professores, os principais interessados nesta avaliação?

Tenho dito sempre que a obrigação do Governo é a de explicar as medidas introduzidas e é isso que tenho procurado fazer em sucessivas ocasiões. Por outro lado, julgo que à medida que as políticas forem mais conhecidas o descontentamento diminuirá: foi assim com as aulas de substituição ou com o concurso de professores. Mas estou também convicta que só quando o modelo de avaliação for posto em prática as suas virtudes serão valorizadas, os professores apropriar-se-ão dele, e tornarão o modelo melhor. A melhoria dos resultados escolares e do funcionamento da escola pública e o aumento da confiança dos portugueses no serviço público de educação poderá, também, vir a ser compensador para os professores.

**Aproveito para um pequeno desabafo ou dois.**

**1º - Durante 30 anos a escola esteve entregue a nós, professores. Acho que já todos aferimos as devidas conclusões de tal acto. Nós somos professores e não gestores. Se é verdade que o poder corrompe, o controlo absoluto da classe nas escolas corrompeu – absolutamente – parafasando Lord Byron**

**2º - Lamento que os sindicatos se apresentem como salvadores da nação - liderados por um professor que o não é há 14 anos. Esqueceram a estabilidade do grupo docente – colocados por 3 anos numa instituição escolar – entre outras medidas deste ministério.**

## De José Cunha

**Não pude deixar de assistir a uma manifestação de 100 mil professores e de público que os saudava com palmas enquanto decorria a esta; dado isto a senhora pensa continuar a ter condições para continuar a ditar a política deste ministério? E qual o balanço que os portugueses fazem do seu mandato?**

O objectivo das políticas introduzidas ao longo destes três anos foi, tal como estava inscrito no Programa Eleitoral do Partido Socialista, apostar em mudanças estruturais na escola pública, para conseguir mais e melhor educação para todos. É isso que temos procurado fazer. O balanço global do trabalho realizado será feito pelos ►

novo concurso para professores com mais de 18 anos de serviço (7.º, 8.º e 9.º escalão). Os professores do 10.º escalão contarão com um regime de transição que beneficiará todos os professores que neste ano lectivo estão nas escolas.

**Considera justo que um professor titular de Alemão ou Biologia possa vir a avaliar os professores de Educação Tecnológica? (se não existirem neste grupo professores titulares).**

Os professores são avaliados nas suas escolas pela direcção executiva e pelos professores coordenadores de departamento curricular. O presidente do Conselho Executivo pode delegar a avaliação nos restantes membros da direcção executiva, e os coordenadores do departamento curricular podem delegá-la noutros professores titulares. Mesmo que não existam professores titulares, e no caso dos professores a avaliar serem mais do que 12, o despacho de delegação de competências prevê que a avaliação possa ser delegada noutro professor não-titular.

**É aceitável que um professor profissionalizado, com sete anos de serviço, possa vir a avaliar um colega que também não é titular, mas tem aproximadamente trinta anos de serviço?**

Em princípio um professor profissionalizado com, apenas, sete anos de serviço não pode ser professor titular com funções de avaliação.

**A experiência profissional com cargos de chefia e de alta responsabilidade nas empresas onde trabalharam não deveria ser considerada uma mais-valia no ensino, sobretudo quando esses professores são profissionalizados, e não considerá-lo em início de carreira como outro colega que deixou os bancos da Universidade ou da**

portugueses em 2009, e estou convicta que os portugueses saberão avaliar as melhorias introduzidas.

#### De Rui Conceição

**Sra. ministra, em relação aos professores que queiram ingressar na carreira docente e que irão ser sujeitos a um exame de admissão. Caso não consigam obter em todas as partes pelo menos 14 valores, qual será a penalização? Não poderão concorrer ao concurso dos professores desse ano ou a penalização será maior?**

A prova de avaliação de conhecimentos e competências tem duas ou três componentes, e em qualquer uma dessas componentes uma classificação inferior a 14 valores é eliminatória, ou seja, um candidato terá que ter no mesmo ano lectivo um classificação igual ou superior a 14 valores às três componentes da prova para ter acesso à carreira docente. Considero que é direito e dever do Estado seleccionar os melhores para uma profissão tão importante e exigente como a profissão docente. Esse é o objectivo principal desta prova. É importante realçar que muitas profissões – aliás, a maioria das funções no Estado – têm hoje, ou já tinham, provas de selecção. A profissão docente era uma excepção a esta regra.

#### De Januário Pires

**Como vê V. Ex.<sup>a</sup>, a existência ou não de paradoxo na seguinte situação:**

**Professor de História do 3.º Ciclo, no anterior 9.º escalão, licenciado em História, em História da Arte, mestre em História Contemporânea de Portugal (tudo pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Formador Certificado para a Formação Contínua de Professores nas Áreas de História, História de Portugal, História da Arte e Didáctica da História ir ser avaliado com aulas assistidas pela única Professora-Titular do Departamento, do anterior 8.º escalão, licenciada em Geografia?**

Como disse anteriormente, os professores são avaliados nas suas escolas pela direcção executiva e pelos professores coordenadores de departamento curricular. O presidente do Conselho Executivo pode delegar a avaliação nos restantes membros da direcção executiva, e os coordenadores do departamento curricular podem delegá-la noutros professores titulares. Mesmo que não existam professores titulares, e no caso dos professores a avaliar serem mais do que 12, o despacho de delegação de competências prevê que a avaliação possa ser delegada noutro professor não-titular. Procurámos que as escolas tivessem à sua disposição todas as ferramentas para que, com autonomia, possam criar as condições para que o processo de avaliação decorra com qualidade.

#### De Rui Rocha

**Na candidatura a professor titular por que razão foi atribuída uma pontuação inferior, seis pontos e não oito – como aconteceu para todos os docentes desde o pré-escolar ao secundário, do público ao privado e cooperativo – aos professores que, durante o período em análise estiveram em regime de requisição, leccionando no Ensino Superior Público, em disciplinas que decorriam directamente das do 12.º de escolaridade?**

O cargo de professor titular tem associadas diversas funções de coordenação pedagógica. Procurámos que o concurso reflectisse essas necessidades e valorizámos os professores que ao longo da sua carreira têm estado nas escolas a desenvolver o seu trabalho.

#### De André Pereira

**Ao nível do vencimento, um professor no início da carreira ganha pouco, como já foi reconhecido pela Sr.<sup>a</sup> Ministra. Se compararmos com um professor finlandês ganha menos sete mil euros, segundo o último relatório da OCDE. Estão previstas medidas para aumentar os vencimentos dos professores contratados e no início da carreira?**

Sim. Com a revisão do Estatuto da Carreira Docente será revista a estrutura dos índices da carreira, estando previsto um aumento nos índices que correspondem ao início da carreira.

#### De Paulo Fernandes

**Senhora ministra, os meus parabéns pelas medidas tomadas. Para quando a aplicação deste rigor aos professores do ensino superior e politécnico?**

Agradeço a avaliação que faz do nosso trabalho. No entanto, essa é uma questão que deve colocar à equipa do ministro José Mariano Gago, no Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior.

#### De Maria Pureza Vilarinho

**Sou professora de Inglês desde 1981. Há 11 anos lecciono na Escola Secundária de Mirandela. Sou militante socialista e não vou a marchas de professores. Não estou**



**satisfeita, mas confio no modelo de avaliação de pares. No entanto só por imposição me submeto à avaliação de alguns.**

**Como muitos professores tenho a carreira congelada no 9º escalão desde 2005, mas não todos, porque os que não frequentaram o ensino superior beneficiaram desse tempo para progredir antecipadamente na carreira e alguns destes são agora os titulares e na minha opinião esta é uma lacuna do sistema de avaliação em causa – a selecção de professores titulares e eventuais avaliadores, é essencial que possuam qualificações adequadas e do mesmo grupo disciplinar do avaliado.**

**Penso as muitas reformas políticas do sistema educativo deveriam ser compensadas com melhores condições de trabalho – instalações e equipamento, bem como um discurso mais humanista e solidário.**

Estou de acordo que é necessário melhorar as condições de trabalho, de ensino e aprendizagem nas nossas escolas. O programa de modernização das escolas secundárias e o plano tecnológico da educação permitirão preparar o espaço físico e equipar as escolas para o futuro, melhorando muito as condições de trabalho de professores e alunos. Até ao final do ano lectivo estarão envolvidas mais de 100 escolas secundárias no programa

de modernização, estará actualizada a largura de banda de acesso à Internet em todas as escolas, estarão em fase avançada os concursos das redes locais, dos Kits tecnológicos, dos sistemas de cartão do aluno e da video-vigilância. Procurámos orientar o QREN, o novo ciclo de fundos comunitários, para melhorar todas as nossas escolas, sendo muito significativos os investimentos previstos.

#### De Paula Silva

**Ninguém é isento de erros, mas o balanço que faço desta reforma, como das outras do Governo, é muito positivo. Afinal, como poderíamos ter uma escola a caminho da excelência sem mais exigência? Tenho a convicção de que os professores concordam quase todos com este princípio e a minha pergunta tem apenas a ver com saber se estão previstas outras formas de comunicação com as escolas que não passem apenas pelos Sindicatos e pelos Conselhos Executivos?**

Valorizamos muito o trabalho de proximidade com as escolas e com os professores. Foi ainda feito um esforço importante no sentido de melhorar a qualidade dos canais de comunicação através, por exemplo, do site do Ministério da Educação ou do Boletim dos Professores. Ao mesmo tempo, gostaria de sublinhar a importância que damos à relação

**Pode indicar-nos países de referência na Europa onde existam sistemas de avaliação semelhantes e quais os impactos que estes tiveram nos países?**

Os sistemas de avaliação de desempenho dos professores na Europa são todos diferentes, mas o que eu não posso é indicar um país na Europa onde não existe qualquer sistema com este objectivo. Procurámos compatibilizar uma avaliação por objectivos com uma avaliação de competências. Inspirámo-nos em países como a Inglaterra, a Espanha, a Holanda, e a Suécia, ao criar um sistema de avaliação que, por um lado, é centrado nas escolas e respeita a sua hierarquia interna e, por outro, assenta numa avaliação inter-pares.

**A questão dos professores titulares é apontada como sendo uma medida que visa essencialmente a redução de custos com as remunerações dos professores. Em que medida isto corresponde à verdade? E o que fazer aos professores titulares que não queiram desempenhar funções directivas (director de turma, coordenador de departamento, etc.), ou ainda pior: aqueles que vão desempenhar essa função sem qualquer motivação, logo com fracos resultados? Serão "despromovidos"?**

O cargo de professor titular deve ser entendido, antes de mais, como uma categorial funcional – à qual estão associadas maiores responsabilidades – e não o resultado de uma promoção. Ninguém é obrigado a concorrer ao cargo de professor titular, mas, enquanto professor titular, espera-se que o docente desempenhe as funções de coordenação pedagógica e avaliação que são essenciais para uma melhoria do funcionamento das escolas.

**As reformas no sector da educação são essenciais para a modernização e melhoria do sistema de ensino. Concordo a 100 por cento. Agora, colocando-se no lugar de professora, acha que estes têm alguma razão para realizar as consecutivas manifestações de repúdio à política do Governo, mas essencialmente, exigindo "respeito"? É possível inverter esta imagem, sem ceder na política? De que forma?**

As medidas de política educativas introduzidas ao longo destes três anos provocaram alterações importantes na carreira dos professores e na forma de funcionamento das escolas. É natural que essas mudanças produzam incerteza nas organizações e nos seus profissionais, mas julgo que a questão se coloca ao contrário. Poderíamos exigir menos às escolas e aos professores? O país precisa ou não do trabalho dos professores? Os nossos alunos e as nossas escolas precisam ou não destas medidas? Os professores são o recurso mais qualificado de que o país dispõe e importa tirar pleno partido desse recurso para responder aos desafios que o sistema educativo enfrenta.

#### De Maria de Fátima Roque

**"Podemos saber quem é Maria de Lurdes Rodrigues?" "Quem encarna a personagem 'ministra de Educação'?" "Quem é o ser humano por trás do cargo?" "Gostaria que transmitissem à prof. Maria de Lurdes Rodrigues os meus votos de felicidades pelo seu aniversário a 19 deste mês.**

Sou socióloga e professora, mas considero que no exercício de cargos públicos o que conta são as acções de política efectivamente concretizadas, os seus efeitos, e sua avaliação.

Muito obrigada pelos votos de felicidades. Todos precisamos.

# Governo apresenta novo mapa judiciário

IMPLEMENTAR um novo modelo de competências dos tribunais e reorganizar os serviços de justiça é a intenção subjacente ao novo mapa judiciário que o primeiro-ministro, José Sócrates, apresentou numa cerimónia pública com a presença de toda a equipa do Ministério da Justiça, realizada no Parque das Nações, em Lisboa.

O novo mapa judiciário prevê a conversão das 230 comarcas actualmente existentes em 35 tribunais regionais.

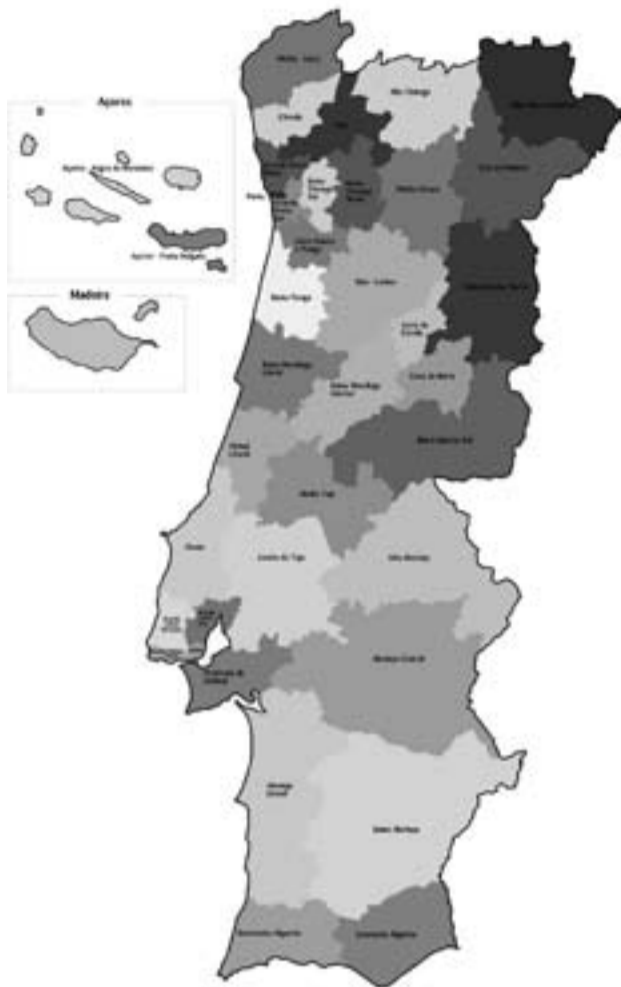
Esta mudança arranca com uma experiência-piloto em três das futuras circunscções: Baixo Vouga, Lisboa-Sintra e Alentejo Litoral.

Refira-se que a nova organização judiciária que o Governo propõe assenta em três eixos fundamentais: uma nova matriz territorial, um novo modelo de competências e um novo modelo de gestão.

Trata-se de uma reforma que visa reforçar a independência do poder judicial e a intervenção do Conselho Superior de Magistratura, através da nomeação do juiz presidente, apostando ainda no reforço da justiça especializada no tratamento de matérias específicas.

Para José Sócrates, estamos a encetar uma reforma “humilde” do mapa judiciário, uma vez que primeiro avançará em três comarcas piloto e só depois será aplicada em todo o território nacional.

“Pretende-se aprender primeiro. É uma reforma que se desenvolverá passo a passo”, disse o chefe do Executivo, numa ocasião em



que também estiveram presentes o procurador-geral da República, Pinto Monteiro, e o presidente da Associação

Sindical dos Juizes, António Martins, Segundo Sócrates, esta mudança na justiça “não é

uma resposta tecnocrática a um problema”, representando antes uma proposta que foi “muito discutida e participada”, quer com os operadores judiciais, quer ao nível político.

Depois de afirmar que o Governo “tudo fez honestamente” para que a reforma do mapa judiciário fosse apoiada por ampla maioria política, o primeiro-ministro deixou claro que, “sendo este um problema de regime, o Governo seguiu o método de ouvir e estimular a participação de todos, e de procurar um apoio político superior à maioria conjuntural que o PS dispõe na Assembleia da República”.

“Mas ninguém nos pode pedir para que o Governo não faça o seu dever e para que tudo se adie, uma vez mais, porque isso não seria bom nem para a justiça portuguesa nem para o país”, concluiu José Sócrates.

O novo mapa judiciário foi, recorde-se, um dos pontos inseridos no chamado Pacto da Justiça assinado entre o PS e o principal partido da Oposição, o qual, como se sabe, foi inopinadamente rompido pelo PSD.

## LINHAS DE ORIENTAÇÃO DO NOVO MAPA JUDICIÁRIO

- Melhorar o acesso à justiça para todos os cidadãos e empresas
- Reestruturar a organização judiciária de acordo com a nova matriz territorial
- Aumentar a eficiência, eficácia e transparência do sistema de administração da justiça
- Modernizar e reforçar a capacidade de administração e gestão do sistema judicial
- Reforçar a independência do poder judicial e a intervenção do Conselho Superior de Magistratura materializada, nomeadamente, na nomeação do juiz presidente
- Qualificar a resposta judicial e melhorar a capacidade de resposta através da criação de uma rede de serviços de Justiça diversificada com recursos humanos qualificados, com maior capacidade de intervenção junto de toda a extensão das novas comarcas
- Apostar no reforço da justiça especializada no tratamento de matérias específicas, como sejam, família e menores, comércio trabalho, níveis diferenciados de criminalidade.



**OPINIÃO**  
**CARLOS ZORRINHO**  
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

*A escola deve mesmo antecipar as tendências de mudança da sociedade para se tornar um motor de inovação, transformação e modernidade*

## ESCOLA COM FUTURO

A ESCOLA portuguesa vive momentos de reforma e de mudança. Seja qual for a perspectiva com que se pretenda analisar este processo há dois pressupostos que não podem ser esquecidos. Em primeiro lugar, não existem reformas verdadeiras sem dor e sem contestação dos que julgam perder no balanço final. Em segundo lugar, a reforma do sistema educativo em Portugal é necessária, não apenas por razões de processo ou de método, mas sobretudo pela constata-



ção da pobreza dos resultados obtidos nas últimas décadas.

Questões complexas exigem abordagens disruptivas. A escola tem que ser um simulacro do modelo social em que se insere para preparar os alunos para a vida real. Em termos ideais a escola deve mesmo antecipar as tendências de mudança da sociedade para se tornar um motor de inovação, transformação e modernidade.

Um pouco por todo o mundo e também em Portugal a escola que temos ainda reflecte mais o modelo da sociedade industrial que caracterizou o século passado do que o modelo da sociedade do conhecimento que marca o novo século. Isso contribuiu para reduzir os níveis de interesse dos alunos, a sintonia entre mestres e formandos e a qualidade das respostas dadas ao mercado de trabalho.

A vida é hoje cada vez mais multifuncional. Ao mesmo tempo vemos televisão, lemos, escrevemos, jogamos e falamos! É isso que os jovens estudantes fazem quando estudam com a música alta, o computador ligado e o telemóvel pronto a trocar mensagens. É assim que aprendem e é nesse ambiente que vão ter que viver e criar valor.

E a escola? A escola é cada vez mais isso nos intervalos, nas actividades lúdicas e complementares, mas não tem ainda condições para ser isso nos períodos formais de aulas.

É por isto que o Plano Tecnológico para a Educação é tão importante como parte da corajosa reforma que o Governo está a implementar. Não que a tecnologia seja uma panaceia para os problemas da escola, mas porque a mudança induzida constitui um convite a um novo diálogo para a mudança. Um diálogo centrado no futuro dos alunos e não nos interesses dos grupos profissionais. Um diálogo que dignifica a escola no seu todo como a instituição chave para o futuro que ambicionamos.

## Todos os objectivos foram alcançados em três anos de governação

### COMISSÃO POLÍTICA

“TODOS os objectivos que o PS e o Governo se propuseram foram alcançados”, afirmou Vitalino Canas, em declarações à Comunicação Social no final de uma reunião da Comissão Política do PS, realizada na sede nacional do Largo do Rato, para fazer o balanço dos três anos de governação socialista.

Referindo alguns dos objectivos alcançados pelo Executivo do PS, Vitalino Canas realçou, entre outros, a consolidação das contas públicas, com



o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, ou a criação de 94 mil novos empregos nestes últimos três anos”.

O porta-voz do PS sublinhou ainda que “quando se fazem balanços é, certamente, para realçar aquilo que se fez bem. E, foram tantas as coisas que fizemos bem, que não temos de perder tempo com o que fizemos mal”.

Três anos depois de ter chegado ao Governo, acrescentou ainda Vitalino Canas, o PS apresenta-se “de cara lavada” aos eleitores e “em excelente forma”.

## OPINIÃO

BRAVO NICO  
Deputado do PS

*É na qualidade do nosso sistema educativo que se alicerçará o modelo de desenvolvimento económico, social e humano de Portugal*

## EDUCAÇÃO, A QUESTÃO CENTRAL? AINDA BEM!

NOS TEMPOS que correm, a Educação está no centro de quase todas as agendas: no debate político-partidário, nas conversas da sala de professores das escolas, nas mesas dos cafés, nas filas do supermercado, à mesa de jantar, na boca dos professores, nas preocupações dos pais, nas acções dos autarcas, nas notícias dos jornais, nos debates na Assembleia da República, nas manifestações nas ruas, nas expectativas dos estudantes, no discurso dos governantes. A Educação está no centro das preocupações dos portugueses. Ainda bem!

Ainda bem que os portugueses discutem a situação da Educação no nosso país. Todos sabemos que é na qualidade do nosso sistema educativo que se alicerçará o modelo de desenvolvimento económico, social e humano de Portugal. O Partido Socialista acredita num sistema educativo assente numa escola pública promotora de uma efectiva igualdade de oportunidades, atenta às necessidades das famílias, dos cidadãos e das instituições, parceira activa no processo de desenvolvimento económico, criadora e divulgadora da cultura e consciente de que existe para servir aqueles que querem, devem e gostam de aprender.

Ainda bem que os portugueses ganham maior consciência da importância da Educação e que conheçam, discutam e avaliem as alternativas que se apresentam para resolver os problemas nesta área. O Partido Socialista apresentou, em 2005, a sua proposta aos portugueses. Estes sufragaram-na, por maioria absoluta e, em consequência disso, o PS está a concretizar exactamente aquilo que prometeu. Queremos, em 2009, apresentar-nos aos nossos concidadãos, com as nossas promessas cumpridas, para nos sujeitarmos, humilde e democraticamente, ao seu escrutínio.

Ainda bem que os portugueses assumiram a Educação como uma das questões centrais das suas preocupações. Há muito tempo que assim deveria ter sido. Portugal descuro, durante demasiado tempo, a verdadeira importância da qualificação. Conformámo-nos demasiado com a mediocridade dos nossos resultados; fomo-nos esquecendo, rapidamente, dos muitos milhares de jovens que abandonaram, precocemente, a escola; nunca nos lembrámos, devida e activamente, dos milhões de portugueses que nunca tiveram uma verdadeira oportunidade de frequentar, a sério, o sistema formal de qualificação; aceitámos, passivamente, a elitização da escola pública, esquecendo a sua verdadeira função. Todos somos culpados desta atitude benevolente. Mas é o Partido Socialista que assume, agora e no passado, a responsabilidade de mudar, de reformar, de assumir um novo designio, de não desistir e de acreditar que é possível uma escola pública de grande rigor, com máxima qualidade, universal e equitativa.

Ainda bem que não desistimos, no passado recente, quando os protestos se levantaram contra a Escola a Tempo Inteiro; quando o clamor se agigantou perante a reordenação da rede escolar no 1º Ciclo do Ensino Básico; quando a discórdia se instalou com a operacionalização das aulas de substituição; quando os conservadores combateram as “Novas Oportunidades”; quando a resistência se evidenciou com a multiplicação de cursos profissionais no ensino secundário; quando se tentou impedir o enriquecimento curricular; quando se desconfiou do papel das autarquias locais na concretização, local, da política educativa; quando se desvalorizou a colocação plurianual de professores; quando se tentaram esconder os 400 mil portugueses que, entretanto, voltaram a entrar numa escola, com vontade de aprender e de dar um contributo mais qualificado e qualificante para o desenvolvimento das suas vidas e do nosso país. Ainda bem que não desistimos!

Quando discutirmos Educação com os nossos concidadãos, na mesa do café, na fila do supermercado ou no jantar de família, recordemos as marcas que já existem da nossa governação. São marcas de uma escola pública que tem um novo fôlego e presta um maior e melhor serviço público; são marcas axiológicas de um partido de esquerda que nunca abdicou dos seus princípios, não vacilou perante as inércias e não se esqueceu daqueles que quase sempre foram esquecidos; são marcas que nenhum governo, que se suceda ao actual, ousará retirar do sistema educativo português.

## Ana Jorge reafirma aposta nas Unidades de Saúde Familiares

J.C. CASTELO BRANCO

O EMPENHO “inequívoco do Governo na implementação das Unidades de Saúde Familiares (USF) foi reafirmado pela ministra da Saúde, Ana Jorge, perante os deputados da Comissão Parlamentar de Saúde, onde sublinhou que estas unidades, organizadas em equipas multiprofissionais, permitem “um acesso mais fácil, sem burocracias, com afabilidade e humanização a todos os cidadãos”.

Referindo que a colocação dos cuidados de saúde primários está no centro da reforma de todo o Serviço Nacional de Saúde (SNS), a nova titular da pasta da Saúde realçou que as 108 USF já em funcionamento acolhem mais de 1 milhão e 300 mil pessoas, adiantando que destas 160 mil não tinham médico de família.

“Uma cobertura assegurada agora por um trabalho de grande qualidade, com elevada motivação e satisfação dos profissionais – médicos, enfermeiros e administrativos”, disse.

Ana Jorge garantiu ainda que, até ao final deste ano, deverão estar criadas 150 USF e mais 100 até 2009.

Por outro lado, a ministra da Saúde congratulou-se com o aumento do número de consultas externas nos hospitais, que passou de 8,386



milhões em 2005 para 9,279 milhões em 2007.

Uma evolução “favorável” que não foi, contudo, suficiente para acompanhar o aumento da procura, conforme reconheceu a governante.

Outra aposta do Governo, lembrada por Ana Jorge, refere-se aos cuidados continuados integrados, tendo a ministra referido que até Março de 2008 foram celebrados

110 acordos, num total 1921 camas já em funcionamento. Quanto às urgências, a ministra da Saúde afirmou pretender “dinamizar o diálogo com as autarquias, com as comunidades, com as pessoas”, sublinhando que estará sempre disponível para esse diálogo, “em nome da necessidade de explicar as medidas e encontrar alternativas”. A terminar a sua intervenção perante a Comissão Parlamentar de Saúde, Ana Jorge afirmou que “o Ministério da Saúde apresenta-se perante o Parlamento e perante o país com a consciência do enorme trabalho realizado e dos resultados alcançados”, acrescentando que “nos cuidados de saúde primários, nos cuidados continuados, na rede hospitalar, na área do medicamento, o acesso, apesar dos constrangimentos ainda existentes, está hoje mais fácil e a qualidade melhorou”.

## Três anos de bons resultados para o país

OS TRÊS primeiros anos do Governo socialista foram “muito difíceis” e “duros”, marcados por medidas “ásperas” e até por alguma “rudeza”, mas tiveram bons resultados para o país, nomeadamente em termos económicos e orçamentais, que devem ser postos ao serviço dos portugueses.

Esta a síntese de José Sócrates em relação aos seus três primeiros anos de Governo que foi feita no final de uma cerimónia de assinatura de contratos de investimento da Galp para a modernização das refinarias de Matosinhos e de Sines.

“Se há síntese a fazer destes três anos de Governo em termos económicos, é que Portugal venceu a crise orçamental, pôs as contas públicas em ordem, geraram-se 94 mil novos postos de trabalho e, por outro lado, o crescimento económico foi de 1,9 por cento em 2007”, disse.

Segundo o primeiro-ministro, em 2005, quando o Governo iniciou funções, “ninguém diria que estes resultados seriam atingidos no final de 2007”.

No entanto, fez questão de referir que a actuação do seu Governo nestes últimos três anos “foi muito dura, muito exigente, muito difícil e áspera”.

“Os portugueses têm naturalmente consciência que esta governação foi difícil, mas tivemos resultados e bons resultados. Devemos pôr esses bons resultados ao serviço dos portugueses, mas nunca deitá-los fora por se achar que agora vamos entrar na facilidade. Respeito demasiado as dificuldades pelas quais se passou nestes últimos três anos”, afirmou.



Questionado sobre se a fase de medidas difíceis do seu Governo já tinha sido ultrapassada, Sócrates voltou a referir-se ao actual clima de incerteza nos mercados mundiais.

“Gostaria que essa fase de Governo mais áspera estivesse ultrapassada em definitivo, porque fizemos um grande esforço nestes três anos. Mas precisamos ainda de saber os números: qual o resultado definitivo do défice em 2007; qual a execução orçamental destes primeiros meses de 2008; e como evolui a economia mundial este ano”, frisou.

O primeiro-ministro disse que “se não tivesse havido a crise” no mercado de “subprime” responderia “positivamente à questão de saber se a fase áspera de governação estava ultrapassada”. Mas, explicou, “essa crise condiciona a evolução da política económica em todo o mundo e não apenas em Portugal”.

OPINIÃO



MANUELA MELO  
Deputada do PS

*A descida do insucesso e do abandono regista-se em todos os níveis de ensino*

## FALEMOS DE EDUCAÇÃO

OS DADOS conhecidos na semana passada são claros: o sistema público de educação está a responder melhor aos seus objectivos, às necessidades das famílias e ao esforço financeiro que o estado democrático lhe tem atribuído

No registo efectuado pelo Gabinete de Estatística e Planeamento do Ministério da Educação, os dados permitem analisar a evolução das taxas de retenção e desistência desde 1995. Ora esses dados mostram que:

- até 2004-2005, no ensino básico, a taxa oscilou entre os 11,5 e os 15 por cento. Nos últimos três anos baixou para os 10 por cento;
- até 2004-2005, no ensino secundário, a taxa de abandono e insucesso oscilou entre os 33,3 e os 39,5 por cento. Nos últimos três anos baixou para 24,6 por cento.

Ou seja, os níveis actuais de retenção e desistência são os mais positivos da última década.

Registam-se também resultados positivos no relatório sobre a organização do ano lectivo de 2007/2008, divulgado pela Inspeção-Geral de Educação. É preciso antes de mais dizer que levantamentos semelhantes são realizados desde há oito anos e têm como objectivos verificar a equidade do serviço público de educação, identificar situações que possam trazer prejuízo para os alunos e avaliar a racionalidade e eficácia na gestão dos recursos disponíveis.

Vejamos alguns dos dados que permitem comparar a situação existente no ano lectivo 2005/2006 com a que actualmente se vive nas escolas.

- Escolas com horários de funcionamento até às 17h30: as percentagens subiram, nos jardins-de-infância, de 55 para 84 por cento, e, nas escolas do 1º ciclo, de 42 para 96 por cento.
- As actividades de enriquecimento curricular passaram, em três anos, de 67 para 99 por cento.
- Hoje, 94 por cento dos jardins-de-infância, oferece serviço de refeições: há dois anos a percentagem era de 87 por cento. No primeiro ciclo, a oferta passou de 47 para 86 por cento.
- A relação entre as crianças inscritas e as crianças admitidas na educação pré-escolar subiu de 72 para 77 por cento entre as crianças de três anos, aumentou três pontos percentuais para as de quatro anos e cinco pontos percentuais para as de cinco ou mais anos. Nesta faixa etária, foram admitidas 96 por cento das crianças inscritas.
- A “descontinuidade” nos horários desceu para menos de metade no 2º ciclo do básico e quase o mesmo no 3º ciclo.
- Os alunos dos cursos profissionais, relativamente ao universo do ensino secundário, passaram, num só ano lectivo, de 5 para 15 por cento.
- No pré-escolar e no 1º ciclo, há mais educadores e professores titulares de grupo ou turma; há mais docentes na educação especial (eram 3,3 por cento no passado ano lectivo, são hoje 3,9 por cento); a média de alunos por turma, nos cursos do Secundário, varia entre os 25 alunos do 12º e os 14 no 10º ano dos cursos tecnológicos e situa-se nos 21/22 alunos por turma nos cursos científicos e humanísticos. A mobilidade dos professores desceu de 29 para 15 por cento, melhorando as condições para o desenvolvimento dos projectos educativos das escolas.

São números, apenas números, estatísticas... dirão aqueles que se servem dos números que nos situam na cauda da Europa quando isso lhes é conveniente, mas que, perante números que traduzem resultados positivos do esforço nacional em educação e formação, tratam logo de os minimizar com argumentos generalizados e difusos de falta de rigor e qualidade. Não incluo neste grupo todos os que referenciam eventuais casos concretos de incumprimento, em nome da defesa do rigor e da exigência.

Pois. São números. São números que resultam do trabalho dos múltiplos agentes envolvidos – pais, professores, conselhos executivos, autarcas, funcionários, empresas, cidadãos empenhados em retirar a escola do seu enquistamento e torná-la num centro de aprendizagem e formação ao longo da vida em que a comunidade se reveja, para melhor a respeitar e valorizar. A comunidade educativa deixou de ser retórica. É hoje e será cada vez mais o substrato de que se alimenta a escola pública de que os cidadãos e o país precisam.

São números. Mas quando se analisam mostram que a escola pública avança no seu apoio às famílias, na criação de condições semelhantes para todas as crianças, ou seja, na promoção do mais elementar dos princípios democráticos – a igualdade de oportunidades.

São números, mas alguém pode dizer que não há nenhuma relação entre esses números e as medidas políticas tomadas por este governo e concretizadas nas escolas pelas comunidades educativas? Claro que há relação!

A descida do insucesso e do abandono regista-se em todos os níveis de ensino (com excepção do 9º ano), mas é sobretudo acentuada no 1º ciclo do básico (passou de 5,2 para 3,9 por cento). Ora foi exactamente no 1º ciclo que, quer no programa quer na prática do Governo, se concentraram múltiplas medidas para ultrapassar a situação desastrosa em que se encontravam essas escolas e os seus alunos.

É evidente a relação entre estes resultados positivos e o fecho de escolas que não ofereciam aos seus pouquíssimos alunos nenhuma esperança de romper os limites estreitos do lugar onde nasceram. A desertificação, que continuou a crescer nos últimos 30 anos, apesar da acelerada expansão da rede de comunicação e transportes e dos serviços públicos, não se resolve com o sacrifício dessas crianças.

Há relação entre os números e a aposta numa escola a tempo inteiro, com oferta de refeições e de actividades de enriquecimento curricular – inglês, desporto, música, estudo acompanhado.

Claro que estes números estão ligados à qualidade das instalações e recursos dos novos centros educativos, ao Plano Nacional de Leitura, à atracção exercida pela disponibilidade generalizada de computadores e acesso à Internet.

E no secundário? O maior número de alunos (invertiu-se finalmente a tendência para o decréscimo sucessivo da presença de jovens nas escolas) e a queda das taxas de retenção e desistência (baixou 10 pontos percentuais em dois anos) não terá nada a ver com o crescimento dos cursos tecnológicos? Com a aplicação do plano tecnológico? Com o acréscimo dos apoios sociais?

Claro que há uma relação!

O caminho que estamos a percorrer não é curto nem fácil. Pressupõe uma alteração enorme nos hábitos, comportamentos e responsabilidades de toda a comunidade educativa. Alterações na gestão e funcionamento das escolas, nos estatutos dos alunos e dos professores; abertura das escolas à realidade circundante; avaliação de todos os elementos do sistema – tudo isto causa perturbação, sobretudo se considerarmos também o crescimento exponencial da heterogeneidade dos alunos e suas famílias e a alteração do sistema de aposentação dos funcionários públicos.

Deixar tudo na mesma é fácil, até porque muitos dos que falavam da ineficácia e desadaptação da escola pública, recordam hoje apenas as suas virtudes.

Há sempre quem esteja contra a mudança, e há quem diga que não está mas crescente...” mas assim não, não estamos preparados..”

Nunca estivemos preparados quando tomamos decisões que nos levaram mais longe no campo dos direitos e da democracia.

Foi assim com a generalização e expansão do ensino obrigatório: não tínhamos escolas, nem professores, nem meios-- mas não desistimos de o conseguir. Não estávamos preparados para a escola a tempo inteiro, com tudo o que ela implica – mas fizemo-la com os resultados que se vêem.

Não estávamos preparados para o Serviço Nacional de Saúde quando o criamos – mas fizemos dele uma referência. Ninguém nos preparou para o 25 de Abril, e muitos diziam que não estávamos preparados para a liberdade e a democracia: basta ver o relatório do Conselho da Europa sobre o estado actual dos direitos e liberdades para perceber os avanços do nosso país em pouco mais de trinta anos.

Em todas as decisões importantes, não ficámos à espera de estar preparados para avançar. A gravidade da situação do sistema de ensino precisa de ser tratada com carácter de urgência. Como dizia o poeta, “faz-se caminho ao andar” quando se tem um objectivo claro: dignificar a escola pública de que o PS se orgulha, no respeito pelos seus princípios programáticos e pelos compromissos assumidos com os portugueses.

## Portugueses mais sensíveis aos problemas de menores em risco

O AUMENTO das denúncias às comissões de protecção de crianças e jovens em risco evidencia uma maior sensibilização e atenção da nossa sociedade face aos problemas que atingem este grupo em específico da população portuguesa. A ideia foi sublinhada pela secretária de Estado adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, durante uma recente deslocação a Aveiro.

“O número de processos arquivados dizem-nos que hoje a comunidade sinaliza quando tem dúvidas e muitas das situações comunicadas relativas a negligência ou maus-tratos não são fundamentadas. Significa que a comunidade está mais atenta e ainda bem”, afirmou a governante após ter auscultado informações das 19 comissões de protecção de crianças e jovens em risco do distrito aveirense, que acompanham actualmente 2800 casos.

Na ocasião, Idália Moniz sustentou também que o trabalho destas entidades “deve centrar-se no interesse superior da criança, junto das famílias, deixando a institucionalização como último recurso”.

Segundo a secretária de Estado, outro aspecto a salientar com satisfação é a diminuição dos casos de abandono escolar participados às



comissões, uma situação que aparecia como a principal situação referenciada.

“Há concelhos onde foi abordada com grande sucesso e de forma significativa a problemática do abandono e do insucesso escolar”, apontou Idália Moniz para quem a criação de turmas de ensino com a via profissionalizante e a participação nas comissões do professor/tutor são factores que contribuem para esta evolução.

Refira-se que dados adicionais sobre esta matéria deverão ser conhecidos dentro de aproximadamente um mês, aquando da apresentação do relatório da caracterização do funcionamento das comissões no ano de 2007.

Sublinhando que está a fazer a terceira ronda pelas comissões de protecção, Idália Moniz garantiu que “muitos dos problemas expostos na primeira ronda estão ultrapassados”.

## PS saúda clara vitória do PSOE

O PS saudou o PSOE e o seu líder, José Luís Zapatero, pela “clara vitória” nas eleições legislativas, realçando que “foi uma vitória reforçada para mais um mandato à frente dos destinos da Espanha, que tem sido claramente governada com as marcas da esquerda moderna, progressista e europeia”.

Na missiva do secretário para as Relações Internacionais do PS, José Lello, refere-se que “esta expressiva vitória do PSOE, garantindo assim a tão necessária continuação da estabilidade política em Espanha, é também uma vitória sobre aqueles que querem abalar os fundamentos da democracia com actos terroris-



tas, como foi o caso do cobarde assassinio de Isaias Carrasco”.

Por isso, conclui o PS, “também o terrorismo foi derrotado” nas eleições de 9 de Março.

## OPINIÃO



**HORÁCIO ANTUNES**  
Deputado do PS

*A redução significativa na área ardida [...] foi um marco histórico nos registos dos incêndios florestais em Portugal*

## BALANÇO POSITIVO NA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DO GOVERNO CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

INCUMBIDO de elaborar o relatório procurei apresentar, de forma factual, uma visão acrítica sobre o conjunto de medidas tomadas pelo Governo e, bem assim dar a opinião dos parceiros e as preocupações dos grupos parlamentares, no seguimento, aliás, dos anteriores relatórios. Em resultado do empenhamento construtivo de todos os deputados da Comissão Eventual de Acompanhamento e Avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que durante todo o Verão foram incansáveis a percorrer o país e souberam trazer contributos valiosos para a discussão nas várias audições parlamentares realizadas.

A política de protecção da floresta contra os incêndios está no caminho certo. Esta foi a principal conclusão que retirei do relatório que aquela comissão aprovou na passada quarta-feira. Uma ilação que resulta da reflexão produzida a partir das audições dos membros do Governo, das visitas parlamentares e das audições de balanço realizadas com as organizações do sector.

O ano que passou foi um ano importante para a acção governativa. Um ano em que foi concluída a Reforma da Protecção Civil e em que foi consolidado o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Consolidação que se traduziu na realização da campanha nacional de sensibilização "Portugal sem fogos depende de todos", no envolvimento mais efectivo do patrulhamento preventivo das áreas de risco pelas forças de segurança e no reforço do dispositivo de combate aos incêndios florestais, designadamente no domínio da capacidade de ataque inicial helitransportado.

A redução significativa na área ardida, que correspondeu a 16.600 ha no final do período crítico de incêndios florestais (cerca de 2% no computo europeu), aos quais acrescem 15 mil ha decorrente dos fogos de Outono, foi um marco histórico nos registos dos incêndios florestais em Portugal. Este resultado encontra explicação na conjugação de um ambiente meteorológico mais favorável às operações de combate, com a boa coordenação das forças envolvidas, a estratégia de pré-posicionamento de meios, a capacidade de resposta muito efectiva do dispositivo e o bom emprego dos meios aéreos.

2007 foi também um ano marcante na Protecção Civil em Portugal. O Governo prosseguiu a profissionalização e especialização do dispositivo de combate, merecendo destaque o protocolo celebrado com a Associação Nacional de Municípios e com a Liga dos Bombeiros Portugueses para a criação de 200 equipas de intervenção permanente nos Corpos de Bombeiros. Com a mesma determinação, o Governo concretizou a aquisição de meios aéreos próprios para missões de Protecção Civil, nomeadamente no combate aos incêndios florestais que permitirão a Portugal integrar uma força europeia, susceptível de reagir com rapidez a catástrofes.

2007 também introduz uma nova configuração do crime de incêndio florestal no Código Penal, que traduz uma evolução do conceito deste crime. Uma revisão que permitirá uma acção judicial e criminal mais proficiente.

Apesar dos bons resultados obtidos em 2006 e 2007 e dos progressos verificados na política do Governo, o problema dos incêndios florestais não está resolvido. Importa dinamizar as medidas de gestão florestal e de infra-estruturação do território, designadamente no ordenamento das áreas protegidas, concretizando, assim, as orientações dos planos regionais de ordenamento florestal.

Nos últimos dois anos, o país assistiu à construção de uma política assertiva de defesa da floresta contra Incêndios, assente no envolvimento dos vários agentes de protecção civil e do sector florestal. Uma política que valoriza o diálogo construtivo, a formação de competências e o rigor operacional.

Temos consciência plena de que o país ainda tem um caminho a percorrer para resolver o problema dos incêndios florestais, que são o principal problema com que o sistema de Protecção Civil se debate anualmente e constituem a principal ameaça à sustentabilidade e ao desenvolvimento da floresta portuguesa, um recurso estratégico para a economia nacional e um eixo fundamental para o desenvolvimento rural do país, para a conservação da natureza e da biodiversidade e para o combate à desertificação e às alterações climáticas.

Portugal sem fogos depende de todos!

## Mais e melhores apoios para arrendamento jovem



PARA PROSEGUIR com a dinamização do mercado de arrendamento nacional no quadro de aplicação criteriosa dos princípios da justiça social, o Governo do PS vai proceder a alterações no programa dirigido aos jovens "Porta 65".

No final de um debate requerido pela oposição no Parlamento sobre "Política de Arrendamento", o secretário de Estado do Ordenamento do Território e do Arrendamento, João Ferrão, avançou que "haverá uma alteração das rendas máximas admissíveis para algumas tipologias de fogos, mas também uma alteração na taxa de esforço".

A ideia – clarificou – é rever, com base em critérios definidos após um diagnóstico fundamentado numa cultura de avaliação rigorosa, os parâmetros legais para que

o "Porta 65" se torne mais acessível aos que dele precisam.

E destacou o facto de, pela primeira vez em Portugal, estarem a ser criadas condições para "soluções em coabitação".

Segundo Ferrão, "trata-se de uma solução recorrente em muitos países" e que permite que jovens com recursos financeiros mais baixos possam juntar-se para ter acesso a uma casa que de outra forma não teriam.

No debate, em que também esteve presente Eduardo Cabrita, secretário de Estado da Administração Local e responsável pelo Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU), os dois governantes disseram estar dispostos a prestar contas, apesar de terem ainda resultados insuficientes para re-

velar, pelo que será preciso esperar pela apresentação das conclusões da avaliação e pela apresentação do Plano Estratégico da Habitação, prevista para este mês.

Ao fazer um balanço da política de arrendamento até agora prosseguida, Eduardo Cabrita destacou o aumento de 30 para 40 por cento da oferta de arrendamento em 2007 face ao ano anterior, apontando também para "sinais de crescimento" no mercado de reabilitação, mediante o aproveitamento dos benefícios fiscais que foram criados no âmbito do Orçamento de Estado para 2008 (redução do IVA de 21 para 5 por cento, redução do IRC das empresas de construção e redução do IMI) e a reavaliação de rendas anteriores a 1990. **M.R.**

## Junqueiro eleito vice-presidente da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo

O deputado do Partido Socialista, José Junqueiro, foi eleito por unanimidade, vice-presidente da 1.ª Comissão Permanente do Mediterrâneo.

A eleição do parlamentar português, que esteve presente neste encontro em representação da Assembleia da República, realizou-se durante a segunda reunião da 1.ª Comissão Permanente da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo – Comissão para a Cooperação e de Segurança, reunião inaugural da Comissão *ad-hoc* sobre matérias regionais e do Médio Oriente.

Além da eleição para os órgãos da Comissão Permanente do Mediterrâneo, naquela reunião



foram debatidos temas tão importantes como as ameaças à estabilidade regional, governação,

controlo democrático das Forças Armadas e a supervisão parlamentar dos recursos militares e de Defesa, bem como medidas de confiança a implementar nesta área no que concerne à promoção da paz e da segurança, no combate ao crime organizado e ainda a questão da energia.

No âmbito dos diferentes grupos de trabalho, no da energia, participou o deputado socialista, José Junqueiro, que abordou o tema "A energia como estratégia do Mediterrâneo".

Junqueiro foi co-relator deste grupo de trabalho, em parceria com o representante do Egipto. **R.S.A.**



# Concelhias do PS foram a votos

**Grande parte das concelhias das federações de Lisboa (FAUL), Setúbal, Aveiro, Algarve, Vila Real, Castelo Branco e Santarém concluíram já a suas eleições para os órgãos dirigentes, estando agendadas para o final deste mês de Março, princípios de Abril a realização das restantes.**

EM LISBOA, mais de oito mil militantes socialistas acorreram às urnas para participarem na eleição das dez concelhias, tendo-se registado uma significativa renovação dos líderes daquelas estruturas.

Segundo João Serrano, responsável da FAUL e membro da Comissão Técnica Eleitoral, estas eleições caracterizaram-se por uma excelente participação dos militantes, tendo-se registado uma das mais elevadas afluências dos últimos tempos.

Em Lisboa, Miguel Coelho foi reeleito presidente da Concelhia com 62 por cento, tendo a lista opositora, liderada por Miguel Teixeira, alcançado 37,7 por cento dos votos.

Na Concelhia de Sintra, ganhou a lista liderada por Rui Pereira, com mais de 78 por cento dos votos, enquanto a lista concorrente encabeçada pela eurodeputada Ana Gomes, recolheu cerca de 22 por cento. Para a concelhia de Oeiras, a escolha recaiu na lista liderada por Marcos Sá, deputado na Assembleia da República, com 77,8 por cento, enquanto a lista derrotada de Costa Ferreira, obteve um pouco mais de 22 por cento dos votos.

Na Amadora, a vencedora foi Carla Tavares, com 72,73 por cento, enquanto a lista liderada por Guilherme Guimarães recolheu cerca de 27 por cento.

Na Azambuja apresentou-se uma única lista encabeçada por Silvino Lúcio. Em Cascais, a lista A, liderada por Manuel Mendes, obteve 48,89 por cento, tendo a lista B, com o cabeça-de-lista Alípio Magalhães, vencido com 51,11 por cento dos votos.

Em Loures, Carlos Teixeira assumirá a liderança da Concelhia, o mesmo acontecendo em Odivelas onde a escolha recaiu em Susana Amador.

Em Vila Franca de Xira, a lista A, liderada por António Inácio, obteve 33,33 por cento dos votos, tendo a lista B, liderada por Fernando Inácio, ganho as eleições para a concelhia com 66,67 por cento dos votos.

Finalmente em Mafra, a escolha dos militantes socialistas recaiu na lista única encabeçada por António Branco.

## Setúbal

Vítor Ramalho, presidente do PS/Setúbal, congratulou-se também com o grande afluxo de militantes nos vários actos eleitorais, lembrando que esta participação “é o garante do necessário e importante debate de ideias que o PS sempre privilegiou”.

Na Concelhia de Setúbal a lista A, liderada por Luís Gonelha, obteve 60 por cento dos votos, enquanto a lista B, encabeçada por Acácio Lopes, recolheu 40 por cento da votação.

Na Concelhia de Alcácer do Sal, João Massano, pela lista A, obteve 50,5 por cento, enquanto a lista B, com o cabeça de lista José Clemente, arrecadou 49,5 por cento dos votos.

Em Alcochete, foi António Maduro quem ganhou a Concelhia com 65 por cento da votação, enquanto a lista de Maria Piedade obteve 44 por cento.

Na Concelhia de Almada, António Mendes foi o vencedor, com 58 por cento,



tendo a lista opositora, liderada por Ruben Raposo, saído derrotada com 42 por cento dos votos expressos.

No Barreiro, onde se apresentaram quatro candidatos, Pedro Mateus, Amílcar Romano, Isidro Heitor e Alexandre Miguel Matos, a percentagem dos votos atribuídos foi de, respectivamente, 37, 35, 14,4 e 13,5 por cento.

Em Grândola, o vencedor foi João Marcelino, com 59 por cento, tendo a lista B, liderada por Pedro Ruas obtido 41 por cento.

Na Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra e Sines, concelhias onde não se apresentaram listas concorrentes, os nomes votados para a presidência das respectivas concelhias foram Vítor Cabral, Maria Amélia Antunes, Artur Miranda Lemos, Arnaldo Frade, Fernando Cristóvão Rodrigues e Idalino José.

Finalmente para a Concelhia do Seixal, Nuno Tavares recolheu 50 por cento dos votos, cabendo a Fonseca Gil 39 por cento e a José Assis 11 por cento.

Perante a significativa participação dos militantes neste acto eleitoral, o responsável pelo Partido Socialista de Setúbal, Vítor Ramalho, lembra ainda que num período tão complexo como aquele em que vivemos, o reforço da militância denota um “excelente augúrio para que possamos enfrentar as árduas batalhas do futuro”, defendendo que esta atitude de empenhamento e dedicação, deve ter sempre o pensamento colocado “no reforço da qualidade de vida dos nossos concidadãos”.

## Aveiro

Os resultados na Federação de Aveiro trouxeram a confirmação de praticamente todos os anteriores presidentes das concelhias, com as excepções de Espinho, Santa Maria da Feira Ovar e S. João da Madeira.

Em Espinho, cessou funções Rosa Maria Albernaz, sendo substituída pela única lista concorrente liderada José Luís Peralta, que

obteve 85,84 por cento dos votos.

Também em Santa Maria da Feira, houve troca de líderes tendo vencido a única lista apresentada a eleições encabeçada por Alcides Branco. Em Ovar, onde também se verificou uma mudança na Concelhia, que é agora liderada por Luís Alves, que sucede no cargo a José Fragateiro, tendo sido eleito na única lista apresenta a sufrágio.

Finalmente em S. João da Madeira foi a lista única liderada por Pedro Nuno Santos quem ganhou as eleições para a concelhia.

Em Aveiro, ganhou Raul Martins, que obteve 92,45 por cento dos votos expressos pelos militantes, enquanto em Águeda, José Vidal recolheu 93,94 por cento dos votos. Em Albergaria-a-Velha, a concelhia foi ganha por Jesus Vidinha, com 96,30 por cento, na Anadia e Arouca, a vitória foi para as listas lideradas respectivamente por Rui Marinha e António Tavares.

Em Castelo de Paiva, Gonçalo Rocha recolheu 98,75 por cento dos votos, enquanto nas eleições para a Concelhia de Estarreja a vitória foi para a candidatura encabeçada por Marisa Macedo.

Em Santa Maria da Feira, venceu a lista apresentada por Alcides Branco, com 88,79 por cento dos votos. Em Ílhavo, a Concelhia foi ganha pela lista de José Vaz, com 98,80 por cento, enquanto na Mealhada foi Rui Marqueiro o vencedor, com mais de 71 por cento dos votos.

Em Oliveira de Azeméis, Helena Terra voltou a ganhar a concelhia liderando a única lista que se apresentou a sufrágio. Em Oliveira do Bairro, Ovar e São João da Madeira, onde não se apresentaram listas concorrentes, as eleições foram ganhas pelas listas lideradas respectivamente, por José Salavisa, Luís Alves e Pedro Nuno Santos.

## Algarve

Na Federação do PS/Algarve as eleições para as comissões políticas concelhias efectuaram-se nos dias 14 e 15 de Março faltando ainda realizar as das concelhias de Alcoutim,

Castro Marim e Monchique, iniciativas que serão em breve agendadas pelo Secretariado da Federação.

Com excepção de Lagoa, onde duas listas disputaram a concelhia, em todas as restantes apenas uma lista se submeteu ao sufrágio dos militantes socialistas.

Em Faro, Miguel Sengo da Costa, ganhou as eleições para a Concelhia, enquanto que em Albufeira, a vitória foi para David Martins.

Em Lagoa, foi Hugo Silva quem ganhou derrotando a lista concorrente liderada por Carla Antunes e em Lagos a vitória foi para Paulo Morgado.

Em Loulé, Hugo Nunes venceu, enquanto que em Olhão a vitória da Concelhia foi para António Miguel Pina.

Em Portimão, Manuel da Luz assumirá a responsabilidade de liderar a Comissão Política Concelhia e em S. Brás de Alportel esta tarefa caberá a António Eusébio.

Em Silves, foi Lisete Romão quem ganhou e em Tavira a vitória foi para Jorge Botelho.

Em Vila do Bispo, Adelino Soares ganhou e em Vila Real de S. António foi Jovita Ladeira quem venceu as eleições.

Finalmente, a Concelhia de Aljezur será liderada por José Manuel Amarelinho.

## Vila Real

Também na Federação transmontana de Vila Real houve eleições para as presidências das comissões políticas concelhias.

Na Concelhia de Vila Real, a lista única encabeçada por Adriano Vítor Hugo obteve uma percentagem de 91,78 por cento dos votos.

Em Alijó de Artur Cascarejo, única a apresentar-se a sufrágio, arrecadou cerca de 97 por cento dos votos, cenário idêntico ao de Mondim de Basto, onde a lista encabeçada por Humberto Cerqueira ganhou a Concelhia.

Em Montalegre a vitória foi para Pedro Madeiras, que não contou com lista opositora, enquanto na Régua, foi a lista B a vencedora, liderada por Jorge Almeida, com mais de 60 por cento dos votos, derrotando a lista A, encabeçada por Manuel Macedo, que recolheu 37,5 por cento dos votos.

Finalmente, em Vila Pouca de Aguiar, a presidência da Concelhia foi ganha pela lista encabeçada por Carlos Leal da Costa, que não contou com lista opositora.

## Castelo Branco e Santarém

Na Concelhia do Fundão, no distrito de Castelo Branco, as eleições para a Comissão Política Concelhia deram a liderança daquela estrutura Vítor Cunha com 49 votos a favor e 2 contra.

Também no distrito de Santarém, em Alcanena, as eleições para a Concelhia deram a vitória à lista liderada pela camarada Fernanda Asseiceira, tendo sido reeleita presidente com 58 por cento, contra 42 por cento dos votos recolhidos pela outra lista concorrente encabeçada por Rui Anastácio.

Nos próximos números do “AS” daremos conta dos resultados que entretanto se foram apurando nas restantes concelhias do país. **R.S.A.**

# A força da mudança é o PS

O enorme orgulho pelos três anos de governação socialista estava bem presente nos rostos dos milhares de militantes que responderam presente ao grande comício que o PS realizou no passado dia 15 de Março, no Porto.

O Pavilhão Académico foi pequeno para tanto povo socialista que encheu também a rua Costa Cabral onde pôde assistir através de videowall aos empolgantes e emotivos discursos de José Sócrates, Jorge Coelho, Alberto Martins, Renato Sampaio e Elisa Ferreira.

MARY RODRIGUES

“ACREDITO num país que aposta no conhecimento e na educação, que cria mais oportunidades para todos, que luta contra as desigualdades e a pobreza, num país mais tolerante e justo, com mais qualidade na sua democracia e com prestígio reconhecido na Europa e no mundo”, afirmou, convicto, Sócrates, reconhecendo que a sua governação tem sido difícil, mas orientada pelos valores de uma esquerda moderna que sabe servir os interesses de Portugal e dos portugueses.

Num resumido percurso pelas mudanças que a governação socialista teve a coragem e a determinação de realizar ao longo de três anos que tornaram Portugal o país melhor que é hoje, José Sócrates saudou o que descreveu como “os dois comícios que estão a acontecer aqui, hoje”, numa alusão ao facto de haver uma multidão que não conseguira entrar no pavilhão.

E esclareceu: “Não é o espaço que é demasiado pequeno, é o PS que é demasiado grande para ele”.

Após manifestar a sua convicção de que a próxima vitória eleitoral do PS acontecerá nas eleições regionais dos Açores, este ano, desfez equívocos ao assegurar que o PS “não faz comícios contra ninguém, nem para falar mal de ninguém”.

O primeiro-ministro não deixou passar a oportunidade de responder àqueles que criticam o Governo por estar, alegadamente, a andar depressa de mais.

“Este país estava era parado e atrasado demais”, e foi “por sentirmos a urgência da mudança e a necessidade de uma evolução que entendemos que não havia tempo a perder”, declarou, sublinhando ainda que o que o Executivo não podia fazer era legar um país adiado às novas gerações.

Assumidamente inconformado com a ideia de um Portugal parado, Sócrates deixou a garantia de que as mudanças e as reformas vão continuar.

“Ao contrário de outros, este Governo não está aqui para adiar tudo outra vez, mas para concretizar um projecto de modernização e fazer com que o país recupere o seu atraso”, disse, antes de vincar que “a força da modernidade não é seguramente protagonizada por quem quer que tudo fique na mesma, por

quem se opõe a qualquer reforma, ou por quem resiste a qualquer mudança por mínima que seja essa mudança”.

“Esses não aprenderam nada com a História”, apontou.

Mas, deixou igualmente claro que essa força “também não está entre aqueles que escolhem o caminho da facilidade e do oportunismo, que vão para onde sopra o vento e andam atrelados em relação a qualquer protesto ou sinal de descontentamento”, nem mesmo entre os que “cultivam a descrença e se alimentam do pessimismo”, pois “esses já falharam mesmo antes de começar, porque não confiam nos portugueses”.

A terminar, o secretário-geral frisou que é no PS que está a “força da mudança”, porque o nosso partido “tem um rumo, coragem e confiança em Portugal”.

## Cerrar fileiras

Antes, numa intervenção ovacionada várias vezes, o dirigente socialista Jorge Coelho considerou que o comício do Porto assinala que o partido está a “cerrar fileiras”, porque, se é bem verdade que o “pluralismo e a diversidade de opinião são valores praticados pelo PS” desde a sua fundação, não é menos verdade que “quando isto toca a doer, estamos unidos que nem uma pedra”.

Lamentando que os dirigentes do principal partido da oposição percam todo o tempo a discutir regulamentos e insultarem-se uns aos outros, denunciou um PSD que não consegue ser uma alternativa credível de poder, deixando um apelo aos adversários: “Organizem-se, entendam-se”.

É que – enfatizou –, “a nossa democracia e o nosso país precisam de um PSD organizado” e “não de um partido cujo único objectivo seja, hoje em dia, o de substituir o seu líder”.

Referindo-se por diversas vezes à actuação do Executivo, elogiou o seu sentido reformista, sustentando que “o pior que nos poderia acontecer, a vergonha maior que poderíamos agora sentir é se, para agradar a gregos e troianos, não tivéssemos feito nada”.

Na mesma linha de pensamento, o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, defendeu que o futuro

do país “passa por combates que o Governo está a travar na reforma da educação”.

Quanto ao principal partido da oposição, criticou-o por ser “um partido errático, que não sabe o que quer”.

“O PSD assina compromissos num dia, mas no dia seguinte diz que não os honra”, lembrou, para depois afirmar que o PS está a “cumprir o mandato do povo”.

“Governar implica, muitas vezes, descontentar alguns. Mas não temos medo”, declarou Alberto Martins, deixando bem claro que “ninguém limita ou cala o PS”, pois “assim foi no passado, durante a ditadura, e assim será no presente e no futuro”.

Na abertura do comício, o presidente da Federação socialista do Porto, camarada Renato Sampaio, acusou o PSD de “recuar perante interesses localistas e corporativos” e de ser um partido que fala “a quatro vozes”.

“Pelo PSD fala Pedro Santana Lopes, Ribau Esteves, Luís Filipe Menezes de manhã e Luís Filipe Menezes à tarde”, disse, contrapondo ao desnorte laranja, a coerência e a coragem do nosso Governo, que “é, sem dúvida, o mais reformista dos últimos 30 anos”.

Renato Sampaio finalizou reiterando a sua confiança total no primeiro-ministro, José Sócrates, e na equipa que este lidera “para inverter o declínio a que o Norte tem sido votado nos últimos anos”.

Já a eurodeputada socialista Elisa Ferreira, a segunda a falar no grande comício do Porto, afirmou “concordar com a essência” das medidas que têm sido tomadas pela equipa liderada por Sócrates.

Evocando o passado em que a conjuntura internacional foi difícil para qualquer Governo, lembrou que Portugal precisou de um bom Executivo e “teve os três anos mais tristes de governação de direita, com o discurso da tanga de Durão Barroso e a falta de sentido de Estado de Santana Lopes”.

“Hoje há competência no Governo”, concluiu, apontando antes para os sinais de retoma no crescimento que já começaram a fazer-se sentir”.

Emocionada, Elisa Ferreira concluiu a sua intervenção expressando o desejo de que Portugal possa ser “um país feliz”.



Pedro Silva



Ricardo Oliveira



Pedro Silva



Pedro Silva



Pedro Silva

Pedro Silva



Ricardo Oliveira



Ricardo Oliveira



Ricardo Oliveira



Ricardo Oliveira



Pedro Silva



Ricardo Oliveira



Ricardo Oliveira



Pedro Silva

# Alguns dos mitos sobre a ASAE

**Nas últimas semanas têm proliferado nos meios de comunicação social diversos artigos de opinião que visam denegrir e até ridicularizar a actividade da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE). A oposição, em especial o CDS/PP e depois a reboque o PSD, tentaram denegrir um dos serviços mais importante para que a confiança dos consumidores portugueses seja reforçada. À luz da legislação existente e tendo em conta o que tem sido, de facto, a acção da ASAE, entende-se ser do interesse dos consumidores esclarecer algumas questões.**

## Bolas de Berlim

A acção de fiscalização da ASAE relativamente às bolas de Berlim incidiu sobre o seu processo de fabrico e não sobre a sua comercialização na praia. O que a ASAE detectou foram situações de fabrico desses bolos situações sem quaisquer condições de higiene e com óleos saturados e impróprios para consumo. As consequências para a saúde humana do consumo destes óleos são sobejamente conhecidas. Em Portugal existem regras para os operadores das empresas do sector alimentar, que têm de estar devidamente licenciadas. Assim, todos bolos comercializados devem ser provenientes de um estabelecimento aprovado para a actividade desenvolvida. Quanto à sua venda nas praias, o que a legislação determina é que esses produtos devem estar protegidos de qualquer forma de contaminação. Se as bolas de Berlim forem produzidas num estabelecimento devidamente licenciado e comercializadas de forma a que esteja garantida a sua não contaminação ou deterioração podem ser vendidas na praia sem qualquer problema

## Utilização de colheres de pau

Não existe qualquer proibição à sua utilização desde que estas se encontrem em perfeito estado de conservação. A legislação determina que os utensílios em contacto com os alimentos devem ser fabricados com materiais adequados e mantidos em bom estado de conservação, de modo a minimizar qualquer risco de contaminação. Por isso, os inspectores da ASAE aconselham os operadores a optarem pela utilização de utensílios de plástico ou silicone.

## Copos de plástico para café ou outras medidas

Não existe qualquer diploma legal, nacional ou comunitário, que imponha restrições nesta questão. O tipo de utensílios a disponibilizar nas esplanadas dos estabelecimentos de restauração ou bebidas é da inteira responsabilidade do operador económico, sendo válida qualquer opção que respeite os princípios gerais a que devem obedecer os materiais e objectos destinados a entrar em contacto com os alimentos.

## Venda de castanhas assadas em papel de jornal ou impresso

A ASAE não efectuou qualquer acção junto de vendedores ambulantes que comercializam este produto nem nunca se pronunciou sobre esta questão. No entanto, desde o decreto-lei que regulamenta o exercício da venda ambulante, refere que na embalagem ou acondicionamento de produtos alimentares só pode ser usado

papel ou outro material que ainda não tenha sido utilizado e que não contenha desenhos, pinturas ou dizeres impressos ou escritos na parte interior.

## Faca de cor diferente para cada género alimentício

Em todas as fases da produção, transformação e distribuição, os alimentos devem ser protegidos de qualquer contaminação que os possa tornar impróprios para consumo humano, perigosos para a saúde ou contaminados. Não sendo requisito legal, é uma boa prática a utilização de facas de cor diferente, pois esse procedimento auxilia a prevenção da ocorrência de contaminações cruzadas. Mas se o operador cumprir um correcto programa de higienização dos equipamentos e utensílios, entre as diferentes operações, as facas ou outros utensílios poderão ser todos da mesma cor.

## Azeite em galheteiro

O azeite posto à disposição do consumidor final, como tempero, nos estabelecimentos de restauração, deve ser embalado em embalagens munidas com sistema de abertura que perca a sua integridade após a sua utilização e que não sejam passíveis de reutilização, ou que disponham de um sistema de protecção que não permita a sua reutilização após o esgotamento do conteúdo original referenciado no rótulo.

## Bolo-rei com brinde

É permitida a comercialização de géneros alimentícios com mistura indirecta de brindes, desde que este se distinga claramente do alimento pela sua cor, tamanho, consistência e apresentação, ou seja concebido de forma a que não cause riscos, no acto do manuseamento ou ingestão, à saúde ou segurança do consumidor, nomeadamente asfixia, envenenamento, perfuração ou obstrução do aparelho digestivo.

## Guardar pão para fazer açorda ou aproveitar sobras para confeccionar outros alimentos

Não existe requisito legal que impeça esta prática, desde que para consumo exclusivo do estabelecimento e, desde que o operador garanta que os alimentos que irá aproveitar estiveram protegidos de qualquer contaminação que os possa tornar impróprios para consumo humano.

## Géneros alimentícios

## provenientes de produção primária própria

Os regulamentos não se aplicam ao fornecimento directo pelo produtor, de pequenas quantidades de produtos de produção primária ao consumidor final ou ao comércio a retalho local que fornece directamente o consumidor final.

Não obstante esta regra de exclusão, os referidos regulamentos estabelecem que cada Estado-membro deve estabelecer regras que regulem as actividades e quantidades de produtos a serem fornecidas. Até à data não foi publicado o instrumento legal que concretize esta disposição.

## Refeições não confeccionadas no próprio estabelecimento

O fabrico das refeições, num estabelecimento de restauração, é uma actividade que se enquadra como actividade de restauração, estando sujeita às imposições do regime legal para o seu exercício. As refeições distribuídas num estabelecimento de restauração deverão ser produzidas no próprio restaurante, mas, caso não seja possível, estas deverão ser provenientes de um estabelecimento devidamente autorizado para o efeito, designadamente estabelecimento com actividade de catering. Nestes termos, não poderão as referidas refeições ser provenientes do domicílio do proprietário do restaurante ou de um estabelecimento que careça de autorização para a actividade que desenvolve.

## Venda particular de bolos, rissóis e outros alimentos confeccionados em casa

O fabrico de produtos alimentares para venda é uma

actividade que se enquadra como actividade industrial, estando sujeita às imposições do regime legal para o seu exercício, pelo que a venda destes produtos em local não licenciado para o efeito não é permitida. Para os estabelecimentos onde se efectuam operações de manipulação, preparação e transformação de produtos de origem animal, onde se incluem os rissóis e empadas, é necessária a atribuição de número de controlo veterinário, a atribuir pela Direcção-Geral de Veterinária.

## Licenciamento da actividade artesanal

O estatuto de artesão é reconhecido através da emissão do título "Carta de Artesão", sendo que a atribuição da mesma, supõe que o exercício da actividade artesanal, no caso vertente da produção e preparação e preparação artesanal de bens alimentares, se processe em local devidamente licenciado para o efeito e que o artesão cumpra com as normas relativas à higiene, segurança e qualidade alimentar. Existem dois aspectos fundamentais: a obrigatoriedade de licenciamento dos locais onde são produzidos os bens alimentares e o cumprimento das normas aplicáveis em matéria de higiene e segurança alimentar.

Com este esclarecimento fica claro que os alegados abusos a que se referem esses artigos de opinião e a petição nada têm a ver com a real prática da ASAE. A actividade de fiscalização tem-se pautado pela efectiva defesa da segurança e qualidade alimentar dos portugueses. E todos sabemos que o PS é o partido da defesa do consumidor.



# Portugal sobe no top da competitividade do turismo

O NOSSO país está no 15º lugar do *ranking* de competitividade no turismo e viagens, subindo este ano sete posições numa lista de 130 países avaliados no Relatório de Competitividade para o sector recentemente divulgado pelo Fórum Económico Mundial (FEM).

O item dos “Recursos culturais” é o pilar em que o nosso país se encontra melhor classificado, ocupando o segundo lugar, logo a seguir à Espanha.

Recorde-se que no relatório de 2007, no índice de competitividade do FEM, Portugal ocupou o 22º lugar num universo de 124 países analisados.

Neste *ranking* de 2008, que mede igualmente os factores de atractividade do desenvolvimento turístico de cada país, o nosso país, no seio da União Europeia, está em nono lugar, subindo quatro posições relativamente a 2007.



O índice de competitividade avalia três subíndices – “Recursos humanos, culturais e naturais”, “Estrutura reguladora” e “Ambiente empresarial e infra-estruturas” – constituídos por 14 pilares.

Ao nível da qualidade dos “Recursos humanos, culturais e naturais”, Portugal destaca-se, na 11ª posição (30ª no ano passado), ultrapassando a França e a Itália.

Quanto ao subíndice “Estrutura Reguladora”, Portugal está em 14º lugar, em “Ambiente empresarial e infra-estruturas” manteve a posição do ano anterior (a 22ª), e no pilar “Infra-estruturas turísticas” ocupa o 13º lugar. A Suíça, a Áustria e a Alemanha são os líderes mundiais deste *ranking* de competitividade no turismo, cujos resultados foram discutidos durante a Feira Internacional de Turismo de Berlim do passado dia 7 de Março.

## Miguel Freitas avalia actividade empresarial da região

“É PRECISO deixar respirar o tecido das pequenas e médias empresas, que constituem o enorme pulmão da economia regional”, considerou o presidente do PS/Algarve, apontando como o principal problema destas unidades, neste momento, é “o défice de circulação de dinheiro que permita investir, tanto por via de fundos de apoio como através de melhores condições de acesso ao capital ou pelo diferencial dos prazos de pagamento das empresas e às empresas”.

Miguel Freitas, que realizou a segunda acção integrada na iniciativa “O Estado da Região”, com uma visita a empresas “na rota da



inovação”, considera ser necessária a criação de condições para que rapidamente se regulamentem todas as medidas de acesso aos fundos comunitários. “O Algarve vai dispor de 350 milhões de euros para apoio às empresas, sendo que 200 milhões são para a agricultura e as florestas, 60 milhões para as pescas e 90 milhões para os outros sectores. Este novo quadro de apoio constitui uma oportunidade, desde que as verbas sejam bem utilizadas. É o critério dimensão não deve prevalecer, porque deixa de fora das elegibilidades muitas PME que se querem modernizar, melhorar a gestão e inovar”, sublinha.

No âmbito das reuniões que realizou com várias empresas da região, Miguel Freitas apurou a existência de uma forte convicção, partilhada pelas associações empresariais, de que se devem aproveitar os fundos para estruturar as actividades e fortalecer a organização empresarial.

Num balanço dos encontros realizados, Miguel Freitas frisa que os empresários compreendem as políticas do Governo, mas “não aceitam as ineficiências e não toleram os excessos” da máquina administrativa.

“Há um sentimento geral de maior justiça no sistema fiscal e de redução da burocracia, dois aspectos consi-

derados essenciais na relação entre empresas e o Estado. Mas é preciso encontrar forma de que o Estado pague a tempo e horas o que deve às empresas, particularmente as autarquias, e também o reembolso do IVA. E o esforço na desburocratização deve continuar, porque embora seja mais fácil formar uma empresa, continua a ser um calvário para se conseguir um licenciamento”, refere Miguel Freitas.

“Depois desta audição às associações empresariais do Algarve, temos a certeza que as empresas regionais não querem facilidades, mas exigem apoio e igualdade de tratamento”, conclui Miguel Freitas.

## PS abre secções em Zurique, Munster e Neuchâtel

MERCÊ do impulso que o Departamento Internacional e das Comunidades tem vindo a dar às estruturas do PS no estrangeiro, foram criadas recentemente Secções em Zurique, Munster e Neuchâtel.

No acto de constituição da Secção do PS de Zurique, Walter Suter, membro da direcção do Partido Socialista suíço, afirmou que os portugueses podem contar com o seu partido “para as suas iniciativas em defesa da sua comunidade e para a discussão dos seus problemas”.

O encontro, em que esteve presente Ana Maria Pica, a primeira mulher a ter estas funções numa Secção do PS no estrangeiro, decorreu na Associação Porto D’Ave, em Schlieren, e contou com a presença de mais de três dezenas de novos militantes, na sua maioria jovens, e com a participação do director do Departamento Internacional e de Comunidades do PS, Paulo Pisco.



O director do Departamento Internacional salientou, por sua vez, a importância da ligação e da cooperação entre as estruturas do PS português e suíço, que

irão permitir aos portugueses aceder mais facilmente às instituições locais e discutir e apresentar os seus problemas a quem tem capacidade de decisão, tanto a nível dos seus direitos como em relação aos problemas do cantão onde vivem, trabalham e pagam os impostos.

De referir que, no final de Janeiro foi também criada uma secção do PS no Cantão de Neuchâtel e estabelecida uma colaboração com o Parti Socialist Neuchâtelois. Neste caso, os socialistas portugueses e suíços já estão a trabalhar em conjunto para as eleições comunais, que se realizam no próximo dia 27 de Abril.

Os dirigentes do PS de Neuchâtel manifestaram todo o interesse em contar com o apoio da nossa comunidade e de incluir portugueses nas suas listas às diversas comunas do cantão, que são 62.

A nova Secção do PS/Neuchâtel tem

como coordenador interino, até à realização de eleições, Carlos Ramos, fazendo também parte do Secretariado os camaradas António Carvalho, António Castanho, José Carlos Costa e Franquelin Resio.

Entretanto, em Munster, a líder do SPD local, Svenja Schultz, disse que irá colocar, pela primeira vez, um português na lista de candidatos às próximas eleições municipais, que se realizarão no próximo ano.

O director do Departamento de Comunidades elogiou também o PS de Munster, que através do trabalho do seu coordenador recém-eleito, Alfredo Cardoso, e do restante Executivo, designadamente António Machado e Ricardo Campos, tem vindo rapidamente a expandir-se.

A Secção de Munster foi formalizada numa recente reunião com os militantes, altura em que foram entregues cartões aos novos filiados do partido.

# Mulheres socialistas debateram empreendedorismo no feminino

CIMEIRA LUSÓFONA

**“Estamos numa fase em que avulta a consciência do papel da mulher na sociedade a todos os níveis”, designadamente no que respeita ao empreendedorismo feminino, afirmou o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão, no encerramento da I Cimeira das Mulheres da Lusofonia, organizada pelo Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS), onde o acesso das mulheres a cargos de decisão e a violência doméstica foram alguns dos temas em debate.**

J. C. CASTELO BRANCO

NESTA iniciativa subordinada ao tema “O empreendedorismo no feminino – que políticas para um desenvolvimento justo e sustentável”, que decorreu no auditório 1 da FIL, no Parque das Nações, em Lisboa, as cerca de 200 participantes vindas de todos os países de expressão portuguesa aprovaram a “Declaração de Lisboa” e uma “moção” de repúdio pela prática da mutilação genital na Guiné-Bissau (*ver caixas*).

Na sua intervenção, Jorge Lacão afirmou que “as políticas de género não devem ser políticas acantonadas, mas sim transversais”, lembrando que o actual Governo aprovou no ano passado três planos para a igualdade de género.

E acrescentou que o Executivo socialista tem dado “particular relevância” à temática da conciliação da vida profissional e familiar, relembrando medidas como a ampliação da rede nacional de creches, o desenvolvimento do ensino pré-escolar e o alargamento do período escolar.

O secretário de Estado com a tutela da igualdade de género adiantou ainda que no âmbito dos planos para a igualdade, vão ser concedidos apoios financeiros às empresas que “promovam políticas de conciliação”.

Na sessão de encerramento, interveio também o secretário de Estado dos Estrangeiros e da Cooperação, João Gomes Cravinho, que considerou que “as mulheres são centrais para os desafios do desenvolvimento”.

No entanto, frisou, “terão de ser as mulheres a demonstrar que são indispensáveis para um desenvolvimento justo e sustentável”.

João Gomes Cravinho apontou ainda a paz e segurança como “áreas em que precisamos da intervenção” do universo feminino.

Na sua intervenção, o secretário de Estado considerou ainda que a denúncia da mutilação genital feminina “é uma obrigação moral e cívica”.

## Potenciar as capacidades empreendedoras das mulheres

Na abertura dos trabalhos, a presidente do DNMS, Maria Manuela Augusto, afirmou que as mulheres da lusofonia estão “conscientes de que

a congregação de esforços, em torno de objectivos comuns, é o caminho mais certo e duradouro, perante enormes desafios que as questões do desenvolvimento justo e sustentável suscitam”.

A líder das Mulheres Socialistas referiu que o Fundo das Nações Unidas para a População estima que “as mulheres efectuem 70 por cento do trabalho não remunerado”, estando ainda “por contabilizar os ganhos reais que este trabalho representa para a economia, assim como os seus efeitos multiplicadores nas famílias, nas comunidades, nos países, no mundo à escala global”.

Para Maria Manuela Augusto, esta realidade “impede as mulheres de dedicarem mais tempo e energia a actividades geradoras de rendimentos e limitam a sua participação em processos de intervenção social, política e económica e de tomada de decisão”.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, afirmou que “nas esferas sociais o papel da mulher é fundamental e determinante no processo de decisão”, defendendo que “as sociedades que se procuram modernizar têm de integrar o universo feminino no processo de tomada de decisão”.

Luís Amado congratulou-se ainda com “o papel de relevo” que as mulheres vêm assumindo em África, que considerou “um importante contributo para a modernidade e resolução de conflitos”.

O ministro dos Negócios Estrangeiros disse ainda que a CPLP “é uma comunidade muito rica unida pela língua portuguesa”, acrescentando que “este mosaico diversificado é um dos trunfos mais extraordinários para projectar iniciativas” como a I Cimeira da Lusofonia.

Na intervenção que se seguiu, Maria João Rodrigues, antiga ministra do Emprego e Qualificação do primeiro Governo de António Guterres, afirmou que “o empreendedorismo feminino está a dar provas, já que as mulheres têm uma sensibilidade muito apurada de gestão”. E sublinhou que “as empresas criadas por mulheres têm uma taxa de sucesso elevado”, conforme demonstram estudos recentes.

Por outro lado, Maria João Rodrigues sustentou que “as mulheres devem ter oportunidades iguais no mercado de trabalho”, frisando que



“por razões económicas a sociedade não pode prescindir de um potencial de qualificação que não pode ser desperdiçado”.

Afirmando ser “inaceitável” que as mulheres continuem a ser vítimas de violência doméstica, discriminação laboral, tráfico sexual e outros males, que “não podemos tolerar”, Maria João Rodrigues concluiu afirmando que “só podemos falar da emancipação dos homens quando as mulheres estiverem igualmente emancipadas”.

## Empresas dirigidas por mulheres são mais eficazes

Por sua vez, a deputada socialista Celeste Correia sustentou que “as mulheres lusófonas empreendedoras são visionárias que fazem acontecer. Têm capacidade de ver o que os outros não vêem. De ver o futuro. A capacidade de transformar as palavras em actos”.

Segundo sublinhou Celeste Correia, “o empreendedorismo das mulheres pode ser um grande factor de competitividade e inovação”, acrescentando que estudos demonstram que empresas dirigidas por mulheres “são dez por cento mais eficazes”.

Já Edite Estrela, chefe da delegação socialista ao Parlamento Europeu, afirmou que “sem as mulheres

a Europa não será a economia florescente que dará mais empregos”, salientando que as mulheres “são uma peça fulcral para se atingir os objectivos da Estratégia de Lisboa”.

Referindo que “as mulheres são as primeiras a ser lançadas no desemprego quando há dificuldades”, a eurodeputada socialista realçou que segundo um relatório da União Europeia, quando ainda integrava 25 Estados-membros, “o desemprego entre as mulheres ultrapassa os dez por cento e o dos homens ronda os 8 por cento” e que “as mulheres ganham para trabalho igual menos 15 por cento que os homens”.

## A língua portuguesa é uma imensa oportunidade

Ao longo do dia entrevistaram representantes de diversos países lusófonos. Alice Chivaca, da OMA, organização feminina do MPLA, Angola, referiu que esta cimeira “é uma oportunidade para as mulheres assumirem o seu papel na luta contra a pobreza e como guardiãs da paz”.

Já a cantora cabo-verdiana Celina Pereira considerou que “não se pode calar a importância da mulher em Cabo Verde na educação das crianças, transmissão de práticas e

conhecimentos, nomeadamente a música”.

Elsa Alvarez, do Brasil, referiu que “a língua portuguesa que nos une, que nos liga, é um património que servirá para uma maior participação neste mundo complicado mas que nos traz imensas oportunidades”.

Por sua vez, Romualda Fernandes, do PAIGC, da Guiné-Bissau, defendeu que a CPLP “precisa de maior divulgação e de uma maior participação da sociedade civil”, acrescentando que “os cidadãos devem ser o pilar” desta organização.

Romualda Fernandes adiantou ainda que está em discussão no Parlamento guineense uma proposta para criminalizar a prática da mutilação genital feminina.

Já Olga Iglésias, em representação da OMM, de Moçambique, disse que naquele país lusófono “as mulheres estão na linha da frente em vários sectores, havendo, nomeadamente, várias empresárias na área da cultura”.

Por sua vez, Pascoela Barreto, ex-embaixadora de Timor-Leste e representante em Portugal do CNRT, assegurou que o acesso ao crédito bancário naquele país “tem permitido às mulheres criar os seus próprios negócios, designadamente ao nível da restauração e dos serviços”.



“Só podemos falar de emancipação dos homens quando as mulheres estiverem igualmente emancipadas”

MARIA JOÃO RODRIGUES

## “Declaração de Lisboa” defende desenvolvimento sustentável para todos

AS MULHERES presentes na I Cimeira das Mulheres da Lusofonia, organizada em Lisboa pelo Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, no dia 1 de Março de 2008, representantes de partidos políticos, membros da Internacional Socialista, e de associações cívicas, aprovaram por unanimidade e aclamação no final dos trabalhos a “Declaração de Lisboa”, em que assumem como princípios orientadores de uma estratégia comum, o seguinte:

- Reforçar o diálogo e o trabalho em rede entre as mulheres dos países da Lusofonia, através das suas organizações de mulheres, estreitando laços de amizade e congregando esforços para a contínua e persistente promoção da igualdade entre as mulheres e os homens, perseguindo objectivos comuns que promovam um desenvolvimento justo e sustentável para todos;
- Reforçar a participação nos órgãos dos seus partidos, envolvendo mulheres e homens neste trabalho conjunto e na defesa e inclusão da perspectiva de género em todas as áreas de intervenção social, económica, pública e política;
- Alertar e sensibilizar os governos de cada um dos países de língua oficial portuguesa para a necessidade de se continuarem a desenvolver todos os esforços na eliminação de toda e qualquer forma de discriminação, para que mulheres e homens possam viver a sua plena cidadania, enquanto parceiros iguais, num mundo que todas e todos desejam mais justo e sustentável;
- Realizar uma cimeira bienal de mulheres dos países lusófonos, criando um grupo permanente de acompanhamento e avaliação das recomendações saídas das diferentes cimeiras.

Nesse sentido, recomendam acções prioritárias de intervenção nas seguintes áreas:

1. Acesso das mulheres a cargos de decisão social, económica, pública e política;
2. Empreendedorismo no feminino, com a promoção de instrumentos que sejam potenciadores do mesmo e com programas de incentivos à criação de empresas e de acesso a financiamentos e ao crédito;
3. Formação e diversificação de competências profissionais;
4. Educação formal e não formal;
5. Saúde sexual e reprodutiva, abrangendo o combate às infecções sexualmente transmissíveis, o planeamento familiar e a educação sexual e para os afectos e o combate a doenças pandémicas, tais como o HIV/Sida, a tuberculose e a malária;
6. Violência contra as mulheres, incluindo o tráfico de seres humanos e a mutilação genital feminina;
7. Conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional;
8. Legislação laboral de protecção às mães e aos pais trabalhadores;
9. Concertação internacional para a promoção do comércio justo e do consumo ético;
10. Defesa do ambiente.

Recomendam ainda que, durante as cimeiras da União Europeia com os países da CPLP, sejam realizados, paralelamente, encontros informais de mulheres da lusofonia, cujas conclusões deverão integrar as conclusões das cimeiras.

Ao perseguir o sonho da modernidade, através de um modelo de desenvolvimento que se pretende e deseja cada vez mais justo e sustentável, sendo necessariamente solidário, a humanidade não poderá nunca mais desperdiçar a força e o talento empreendedor das mulheres. Seria um erro crasso e incomensurável!



## MOÇÃO DE REPÚDIO PELA PRÁTICA DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA

AS PARTICIPANTES na I Cimeira das Mulheres da Lusofonia aprovaram ainda por unanimidade e aclamação uma moção de repúdio pela prática da mutilação genital feminina.

“Conscientes da violação que constitui aos direitos humanos, assim como dos efeitos nefastos na saúde

física, psíquica e emocional na mulher, as participantes na I Cimeira das Mulheres da Lusofonia manifestam o seu apoio à luta das mulheres da Guiné-Bissau, repudiando, com veemência, a prática da mutilação genital feminina”, lê-se no documento.

### OPINIÃO



LEONOR COUTINHO  
Deputada do PS

*Á falta de Estado Social consistente, a Madalena sabia que os portugueses precisavam das suas “mulheres sociais” para tratar de todas as fragilidades*

## QUE FORÇA É ESSA

A MADALENA Barbosa foi homenageada pela Assembleia da República como feminista, socialista e mulher.

Foi a 22 de Fevereiro de 2008, no dia em que foi lançado o seu livro “Que força é essa”.

A livraria Ler Devagar estava cheia de uma multidão de feministas, de escritores e crentes da causa da dignidade humana quando a Isabel Barreno apresentou o livro que a Madalena decidiu deixar-nos como testemunho do seu pensamento, quando já estava internada nos cuidados paliativos.

O primeiro texto, O Mandiogueiro, evoca a sua juventude em Luanda e os caminhos da liberdade dum rapariga bem comportada. Nessa primeira parte da sua vida em que, de repente se fez mãe de seis filhos, a Madalena diz que foi entregue à submissão.

Recorda “como durante décadas não se falou de violência contra as mulheres – a bem da família. Como a bem da família se cala o incesto, se obrigam as crianças a viver com o abusador. Se, e quando, o caso chega a tribunal. Onde não é resolvido.”

Como é referido pelo narrador, na série sobre os anos 60 em Portugal, “era óbvio para todos que as mulheres lá de casa estavam ali para nos servir”.

Começou a sua militância aos 32 anos, em Abril de 1974, quando co-fundou o Movimento de Libertação da Mulher e todos os movimentos feministas que se lhe seguiram.

E teve a ousadia de querer organizar uma denúncia da exploração das mulheres o que causou imediatamente uma enorme manifestação violenta de homens, no cimo do parque Eduardo VII. Afinal, a Revolução não podia alterar aquilo que então se denominava “a condição feminina”.

À falta de Estado Social consistente, a Madalena sabia que os portugueses precisavam das suas “mulheres sociais” para tratar de todas as fragilidades.

Para além de acompanhar a sua tribo, modo terno com o qual designava os seus filhos e demais família, a Madalena dedicou a sua vida às causas das mulheres nas organizações governamentais e não governamentais e por isso festejou, com enorme alegria, os resultados do referendo que veio permitir finalmente, no nosso país, minimizar o sofrimento das mulheres que tem que recorrer a uma interrupção voluntária de gravidez.

A propósito de alegria recordo a sua crónica de 7 de Setembro de 2006 em que referia mulheres africanas que, numa zona em que quase nunca chove, levavam uma hora e meia todos os dias para ir a pé buscar água a um poço onde se abasteciam para todas as necessidades da família. Só as mulheres da aldeia faziam este trabalho até que uma organização de mulheres da Eritreia as decidiu apoiar. Arranjou e forneceu burros e alforjes a algumas mulheres.

“Querem crer que toda a vida mudou naquele lugar esquecido do mundo? Com burros o transporte de água era mais rápido, de maior volume e o tempo dispendido muito menor. Os rapazes e homens, não se sentindo diminuídos com o carregamento, começaram também a participar no transporte de água. Algumas mulheres começaram a transportar água para outras pessoas e outros fins e, com isso, aumentaram o seu rendimento.

Uma testemunha, alvo do programa, contou em Génova como com o tempo e o dinheiro que ganhou no transporte da água construiu uma casa, como os filhos sorriam e começaram a ir à escola, pois a ajuda em casa já não era tão essencial e tinham transporte. Dizia: “Só é pena que não seja uma burra. Assim teríamos outros animais e fariamos muito mais”.

A Madalena acreditava na capacidade das mulheres. Acreditava, como o Nobel da Paz de 2006 Muhamad Yunus e o seu micro-crédito, que a pobreza se combate dando recursos às mulheres e apoiando os seus projectos.

Acreditava que o saber das mulheres é vital e é hoje um trunfo para o ocidente e por isso saboreava a vida, observava o mundo e batalhava sempre por um mundo melhor.

A Madalena teve sempre como objectivo a dignidade das mulheres.

E por isso as suas crónicas contam, por vezes com muita subtilidade, o outro lado das realidades do nosso quotidiano.

Há cerca de um ano, passado o Dia Internacional da Mulher, confessou-nos que “a angústia mais sentida vai para todas as meninas assassinadas, violadas, maltratadas e esquecidas deste mundo. Porque não têm voz nem lhes conhecem a existência”.

## OPINIÃO



**LUÍS MIGUEL FERREIRA**  
S. João da Madeira

*Após três anos de governação, os resultados vão aparecendo e revelando, claramente, que as coisas estão diferentes e a progredir positivamente*

## UMA SEMANA EM CHEIO!

TODOS se lembrarão da estratégia política que Durão Barroso adoptou quando tomou posse como primeiro-ministro de Portugal. O célebre discurso da “tanga” foi assumido numa tentativa de baixar a fasquia e de jogar à defesa para o caso dos resultados poderam vir a ser fracos. Na verdade, foi isso mesmo que aconteceu. Os impactos das medidas tomadas foram praticamente nulos e o tal discurso da “tanga”, ele próprio, criou ainda mais problemas à economia portuguesa e à vida dos portugueses. A dramatização excessiva e exagerada foi, de facto, contraproducente.

Desde o início que também este Governo deixou clara a sua estratégia. Falar a verdade e assumir de frente e com determinação a execução das políticas que considerou necessárias à resolução dos problemas que o país atravessa, mesmo que muitas vezes consideradas impopulares. Após três anos de governação, os resultados vão aparecendo e revelando, claramente, que as coisas estão diferentes e a progredir positivamente. Por exemplo, esta semana em que escrevo esta crónica, foi, a esse nível, uma semana em cheio. Ficámos a saber, por exemplo, que:

1. No ano passado, as empresas portuguesas registaram 1266 marcas comunitárias, constituindo um crescimento de 22 por cento em 2007 face a 2006. Portugal foi mesmo o país da Europa dos 15 que mais cresceu nos últimos anos (especialmente entre 2005 e 2007) em número de Marcas Comunitárias *per capita*, tendo já ultrapassado a França. Recorde-se que estamos perante um indicador importante do dinamismo das economias, sendo este um claro sinal de agressividade comercial e capacidade para entrar em mercados normalmente exigentes e sofisticados.
2. Foi publicado em Bruxelas o European Innovation Scoreboard, onde Portugal aparece como o 7.º país com maior progresso relativo no que se refere à performance em inovação. Este resultado permitiu, inclusivamente, que Portugal subisse um lugar neste importante ranking internacional que vem monitorizando vários indicadores relacionados com inovação, um dos pilares do Plano Tecnológico.
3. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 2007, o PIB português cresceu 1,9 por cento. No último trimestre de 2007, esse crescimento foi mesmo superior às expectativas de vários observadores, situando-se nos 2 por cento. Ora, apesar de desvalorizada pelo PSD, esta taxa de crescimento anual do PIB em 2007 foi “só” a mais elevada desde 2001, ainda por cima numa altura em que a economia mundial vem sofrendo, como se sabe, enormes oscilações.
4. Em termos de desemprego, os números avançados pelo INE para o quarto trimestre de 2007, apontavam para uma taxa de desemprego de 7,8 por cento, inferior em 0,1 pontos percentuais (p.p.) à registada no terceiro trimestre e em 0,4 pontos percentuais face ao trimestre homólogo de 2006.

Para alguns tudo isto parecerá pouco. Mas não é! E muitos dos que dizem que é pouco, não o conseguiram fazer quando, num passado recente, estiveram a dirigir os destinos do nosso país. Não adianta, portanto, tentar voltar ao discurso da “tanga” e aos cenários pessimistas e depressivos! A estratégia hoje, felizmente, é bem outra! Menos conversa, mais trabalho, muita determinação e espírito positivo e ambicioso! Só assim é que os resultados terão condições para ir aparecendo!

## Governo cria Observatório para a Emigração

COM o objectivo de obter informação sobre a realidade da emigração portuguesa, o Governo vai criar em Abril um Observatório para a Emigração em parceria com o Instituto de Ciências Sociais.

Segundo o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, António Braga, o programa visa obter “informação não só sobre a quantificação dos portugueses em cada país, mas também as motivações que os levaram um dia a sair ou a forma como se encontram ligados a Portugal”.

Através do observatório, adiantou, “seremos capazes dentro de pouco tempo de ter um instrumento de leitura e de trabalho que nos informe com mais precisão não só o modo de integração dos portugueses na diáspora como também dos seus projectos e ambições”.

“Estamos a preparar o protocolo e acredito que durante o mês de Abril estaremos em condições de o anunciar na sua composição plena”, disse.

António Braga defendeu também a necessidade de as associações de emigrantes portuguesas se unirem para ser “mais fácil” congregar



projectos e “favorecer a integração e vitalidade da própria comunidade e dos luso-descendentes”.

O secretário de Estado referiu ainda que “a fragmentação do movimento associativo enfraquece

cada associação por si e o ideal seria podermos contar em cada região, e em cada cidade eventualmente, com uma casa de Portugal de referência que congregasse todos os interesses dos portugueses”.

## Laurentino Dias anuncia programa Finicia Jovem

O GOVERNO vai lançar um programa de apoio ao empreendedorismo jovem, no valor de 600 mil euros, denominado Finicia Jovem, anunciou o secretário de Estado da Juventude e do Desporto, Laurentino Dias, no Parlamento.

O programa resulta de uma parceria entre o Instituto Português da Juventude (IPJ) e o IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e Inovação) e sucede ao Programa Finicia, que estava vocacionado para o apoio ao financiamento no arranque de empresas.

O programa desenvolve-se so-



bre três eixos fundamentais: atendimento especializado para jovens em cinco espaços do IPJ (um por região), apoio a projectos educativos para jovens e estudantes que promovam o espírito de empreendedorismo e verbas de apoio ao financiamento directo através da oferta de planos de negócios para jovens.

A apresentação pública do programa deverá acontecer no dia 14 de Março, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, segundo revelou Laurentino Dias durante a audição na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

## Novo Estatuto Disciplinar para a Função Pública

NO ÂMBITO da reforma da Administração Pública, o Conselho de Ministros aprovou, na generalidade, para audições e negociações sindicais, a proposta de lei do Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, adequando-o ao novo regime de vinculação, de carreiras e de remunerações, aproximando-o do regime disciplinar do direito laboral comum, valorizando o papel dos dirigentes no exercício das competências administrativas de gestão e intro-



duzindo mecanismos mais céleres nos procedimentos disciplinares, sem prejuízo da salvaguarda dos direitos.

Entre as alterações agora introduzidas, destacam-se o dever de dar informação ao cidadão, com excepção daquela que, por lei, não deva ser divulgada; a redução dos prazos para instaurar procedimento disciplinar; a fixação de um prazo máximo de 18 meses para a conclusão dos processos disciplinares; e o reforço da posição do advogado no procedimento disciplinar.



## Portugal na vanguarda da Europa ao nível da informatização da justiça



A ABERTURA do Balcão Nacional de Injunções (BNI), no Porto, marca uma “nova fase da justiça” em Portugal, assinalando o primeiro processo judicial que fica integralmente informatizado. Esta a ideia destacada na intervenção que o primeiro-ministro, José Sócrates, fez em Matosinhos, em que criticou os “muitos que achavam isto impossível por entenderem que a justiça era inseparável do papel, da agulha e do cordel”. Mas – ressaltou – “podemos ver que estava ao nosso alcance concretizar a desmaterialização do procedimento de injunção, tornando mais simples, barata e rápida a cobrança de dívidas”.

“Espero que constitua um exemplo para outras áreas da justiça se modernizarem”, disse o chefe do Governo.

Refira-se que a injunção é o instrumento mais procurado no nosso país por quem quer cobrar uma dívida, sendo apresentados anualmente cerca de 280 mil procedimentos de injunção.

Na cerimónia de abertura do BNI o primeiro-ministro frisou igualmente que o procedimento electrónico das

injunções permite também reduzir custos e “facilitar a vida às pessoas”, salientando o papel que tem sido desempenhado neste domínio pelo Ministério da Justiça.

“Nunca tanto foi feito em termos de redução dos custos administrativos. Este ministério já tem muitas marcas de que se pode orgulhar, como a Empresa na Hora ou o Documento Único Automóvel”, sublinhou, considerando que, com a abertura do BNI, Portugal passou a estar “na vanguarda da Europa” ao nível da informatização da justiça.

Por sua vez, o ministro da tutela, Alberto Costa, salientou que o BNI permitirá “dar mais rapidez, eficiência e segurança ao processo de cobrança de dívidas”.

“Um sistema com 1,6 milhões de processos não pode responder a tempo e horas. A desmaterialização das injunções é uma necessidade objectiva num sistema que precisa de responder”, afirmou Alberto Costa, para quem o novo BNI é uma “nova e vanguardista experiência”, que permitirá que os procedimentos judiciais entrem numa

nova era tecnológica.

“É o choque tecnológico aplicado à justiça”, frisou.

Para promover este processo, a entrega do requerimento de injunção por via electrónica terá uma redução de 50 por cento na taxa de justiça.

Por outro lado, a entrada em funcionamento do primeiro BNI, que centralizará o tratamento de todos os requerimentos de injunção, permitirá ainda descongestionar os tribunais, libertando funcionários de 231 secretarias judiciais que se ocupavam com estes procedimentos.

Recorde-se que Alberto Costa anunciou recentemente, na Assembleia da República, que vai apresentar, até ao final da sessão legislativa, uma proposta de lei sobre o sistema de informação da justiça.

Segundo o ministro, esse documento incluirá “todas as matérias referentes ao tratamento de dados, acesso a dados e regras de segurança, delimitando claramente as responsabilidades”, entre o Conselho Superior de Magistratura, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e a Procuradoria-Geral da República.

## Condições de acesso ao gás natural iguais entre litoral e interior do país

NO ÂMBITO das políticas que vem prosseguindo no sentido da coesão territorial, o Governo aprovou um decreto-lei que pretende colocar em igualdade nos custos e condições de acesso ao gás natural as empresas que operam em regiões do interior e as concessionárias de distribuição nas áreas mais populosas.

Com o diploma agora aprovado, pretende-se que todos os clientes de gás, “quer sejam servidos por concessionárias, quer por empresas titulares de licenças de serviço público, possam ter as mesmas condições de custo de acesso às infra-estruturas e ao gás que lhes é disponibilizado”.

O decreto-lei consagra “a aplicação às entidades titulares de licença de serviço público de distribuição local de gás natural, exercidas em regime de exclusivo, de direitos e obrigações iguais aos que são atribuídos às entidades concessionárias da actividade de distribuição regional do gás natural”, refere o comunicado do Conselho de Ministros.

Segundo o Executivo socialista, estas licenças “visam especialmente o apoio ao desenvolvimento económico das regiões do interior do país, colocando-as nas mesmas condições de acesso ao gás natural que desfrutam as regiões do litoral, mais populosas e atravessadas pela rede de gasodutos”.

### OPINIÃO



NELSON BALTAZAR  
Deputado do PS

*A escola só poderá ser verdadeiramente inclusiva se todos os professores perceberem que nas suas salas existem alunos com necessidades especiais que é importante conhecer e respeitar*

## PRÓS E CONTRAS – ENSINO ESPECIAL

TODAS as reformas têm prós e contras. O importante é sentirmos que os aspectos positivos compensam com sucesso os que, eventualmente, venham a demonstrar-se negativos.

Mudar comportamentos e alterar perspectivas de abordagem para assuntos tão importantes como os que dizem respeito às nossas crianças e jovens exigem rigor e cuidados acrescidos, exigem atenção e dedicação adicionais.

Legislar sobre educação especial neste momento traduz um esforço do Governo no sentido de aperfeiçoar as respostas para as crianças com limitações graves de carácter permanente. Este esforço concretiza-se, essencialmente, na organização de escolas específicas com recursos humanos e matérias especializados.

A nova abordagem legislativa sobre Educação Especial apresenta um conjunto de aspectos que me parecem positivos e outros que, porventura, estão menos conseguidos. Sabemos que o grande objectivo desta área do ensino é promover aprendizagens com significado no sentido da inclusão e posterior integração societária de cidadãos que, em crianças, têm Necessidades Educativas Especiais (NEE).

É aqui que reside o fulcro das questões que agora, em tempo de compromisso de mudança, importa avaliar. Qual a dimensão que queremos oferecer quando abordamos as questões da educação especial?

Em meu entender estamos a referenciar um princípio político hoje inalienável em Portugal e que reside no compromisso da escola inclusiva, política fundamental para a coesão social e o desenvolvimento da nossa sociedade.

Numa avaliação simplista os aspectos positivos que referi à nova forma de encarar as NEE passam:

- pela atenção que parece estar a ser dada à forma como se efectua a transição dos jovens para a vida activa, após a escola;
- pela forma como se efectiva e consolida a necessidade de um programa individual que acompanhe a criança ao longo do seu percurso escolar;
- pela confidencialidade imposta às diversas acções que constituem os apoios e avaliações feitas;
- pelo pressuposto da existência de departamentos autónomos nos agrupamentos escolares, para a Educação Especial;
- pela criação de manuais adequados em Braille e em formato digital.

Contrapõem-se aspectos que considero menos conseguidos ou que introduzem perda no que já existe e provou estar bem.

Começo por perguntar o que acontece àqueles alunos que esta nova definição de NEE deixa ao critério das escolas e da boa vontade dos professores, no vazio que é criado para os alunos que necessitam de apoios sócio-educativos. Antes, estes estavam apoiados pelos profissionais da educação especial e agora? Onde está a rede? Onde está a organização desta rede, importante para prevenir situações de risco e que podem degenerar em situações crónicas de NEE, se não forem interpidas por antecipação?

A dislexia é uma das dificuldades de aprendizagem específica que, de acordo com o seu grau, fica de fora. Sabia que Charles Darwin e Albert Einstein eram disléxicos?

Como podemos assegurar através desta estrutura organizativa a adequação do processo de ensino e de aprendizagem para alunos com perturbações emocionais e de comportamento ou ainda de hiperactivos com défices de atenção, devidamente comprovadas?

A escola só poderá ser verdadeiramente inclusiva se todos os professores perceberem que nas suas salas existem alunos com necessidades especiais que é importante conhecer e respeitar. Mas para além dos professores o conceito tem que ser aceite pelas suas escolas e pelos dirigentes políticos que as tutelam.

A CIF, enquanto instrumento, não pode ser usada como único guia para esta área de intervenção. Este é um erro que não podemos cometer. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da OMS é muito importante, mas não pode ser a bíblia para este assunto, em particular para crianças e jovens. Os conceitos introduzidos em Salamanca – 1994, na EFA da ONU – 2000, na Holanda – 2006 ou na Áustria – 2007, determinam hoje que qualquer legislação, que possa ser referência, deve estabelecer com precisão a execução prática de conceitos como o de inclusão, de educação especial, de necessidades educativas especiais que, nesta proposta, podiam ter sido melhor ajustados às necessidades dos alunos com NEE e das suas famílias.

Deixem-me terminar com uma das proclamações que os portugueses subscreveram em Salamanca, ou não foram todos?

“As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.”

## OPINIÃO

**MANUELA AUGUSTO**  
Presidente do DNMS

*É verdade que se têm dado passos de gigante em matéria de igualdade entre homens e mulheres e que o Partido Socialista tem nesta matéria um autêntico legado de que já se pode orgulhar*

**POR QUE FALAMOS EM MULHER?**

ESTAMOS em Março, mês da mulher, momento em que, ou por autêntica convicção, ou por obrigação, um pouco por toda a parte se assinala o “Dia Internacional da Mulher”.

Porque teimamos em assinalar este dia, perguntam-nos invariavelmente.

É verdade que em todos os dias do ano é desejável que nos ocupemos de toda e qualquer injustiça ou forma de discriminação e que congreguemos esforços na sua erradicação. Mas o dia 8 de Março continua a representar a homenagem que prestamos a todas as mulheres que nunca se conformaram com a menoridade que lhes quiseram impor. A sua luta tem séculos, mas continuamos a sabê-las humilhadas, por todo o mundo e em qualquer parte, mulheres que são números, que não votam, que não vão à escola, que vivem com menos de um dólar por dia.

Mulheres violadas, mulheres sujeitas a toda a sorte de violência gratuita, em tempo de guerras, mas também em tempo de “paz”.

As mais pobres, entre os mais pobres, as mais infectadas e doentes, as mais excluídas, num mundo que vai criando indiferença às imagens que nos chegam dos campos de refugiados.

Elas são metade da humanidade, um pouco mais até, mas a sua voz ainda não consegue sobrepor-se ao ruído que a nossa civilização criou.

E, no entanto, perguntam-nos também – “mas ainda é necessário assinalar este dia, não têm já o que queriam?”

Mesmo que só olhássemos ao nosso redor, ou que tomássemos como exemplo a Europa em que vivemos, sempre percorreu e defensora dos direitos humanos, facilmente se desmoronaria a ideia quixotesca de que perseguimos moinhos de vento.

É bom que trabalhem com números, plasmados nos mais diversos estudos e relatórios, para que não se pense que falamos apenas intuitivamente ou de forma empírica.

Podíamos referir os números da violência doméstica e de género, do tráfico de seres humanos, do desemprego, do trabalho não remunerado ou desvalorizado, ou ainda do aumento da taxa de prevalência de infecção do vírus HIV/SIDA. Podíamos aqui referir outros indicadores sociais, facilmente acessíveis nos relatórios das Nações Unidas ou da União Europeia, segundo os quais se torna clara a situação de enorme desigualdade e de discriminação das mulheres.

Mas tomemos como exemplo a situação das mulheres no acesso aos cargos de decisão política e económica, referida num dos mais recentes relatórios da União Europeia. A percentagem de deputadas nos parlamentos nacionais dos 27 Estados-membros é de 24 por cento, (dados referentes a 2007). Nos governos, os homens ocupam em média 76 por cento dos cargos ministeriais e não há uma só mulher na presidência dos bancos centrais destes estados. Nas grandes empresas, os homens constituem cerca de 90 por cento dos seus corpos dirigentes.

Em Portugal, é do senso comum que as mulheres estão em maior número nas universidades e nos cursos das Novas Oportunidades. De facto, elas representam 65,9 por cento dos diplomados e a sua presença no mercado de trabalho é das mais elevadas da Europa, acima dos 68 por cento.

Mas, apesar da sua reconhecida capacidade empreendedora, as mulheres continuam afastadas dos lugares de topo das empresas e da administração pública central e local.

Dos 308 municípios portugueses, apenas 20 são dirigidos por mulheres.

Estes dados dão bem a dimensão do muito que é necessário fazer também neste domínio.

É verdade que se têm dado passos de gigante em matéria de igualdade entre homens e mulheres e que o Partido Socialista tem nesta matéria um autêntico legado de que já se pode orgulhar.

É verdade que a Lei da Paridade é uma aposta no maior envolvimento das mulheres na política, uma grande oportunidade para que o tão falado mérito, sempre referido apenas quando se trata delas, seja visível e tire do anonimato tantas mulheres de quem ninguém se lembra no momento das “escolhas”.

Mas é verdade também que nunca foi fácil dar o passo em frente, nunca foi fácil mudar as mentalidades e construir a mudança.

Por isso continuamos a indignar-nos, por isso continuamos a homenagear homens e mulheres que nunca tiveram medo do rótulo. O feminismo é a nossa razão.

E porque falamos em mulheres e porque falamos de feministas, falamos aqui da Milena, da Madalena Barbosa, uma mulher lutadora cuja força nos dará sempre força, cujo exemplo não morreu e estará sempre connosco.

Que força é essa Milena?

**Uma visão modernizadora e progressista para Portugal**

## GERAÇÃO DE IDEIAS

**“É preciso que o país faça as mudanças que são essenciais para o seu desenvolvimento, inspiradas por valores como a iniciativa, inovação, ambição e a igualdade de oportunidades”, afirmou José Sócrates, no encerramento da iniciativa “Geração de Ideias”, que reuniu no Centro Cultural de Belém centenas de jovens quadros da área da esquerda democrática unidos no propósito de contribuir com a sua acção para “sustentar o processo modernizador do país”.**



J. C. CASTELO BRANCO

NA SUA intervenção perante cerca de 400 jovens quadros, o líder do PS começou por sublinhar que “o que nos une é uma visão progressista e modernizadora para Portugal, de abertura à mudança e ao mundo”, que considerou “essencial para o país vencer os desafios do futuro”.

Segundo José Sócrates, “é preciso que a modernização do país se faça com todos, garantindo que ninguém fica para trás”, já que, frisou, “todos temos consciência que uma sociedade melhor é aquela em que os valores da solidariedade são plenamente assumidos”.

A visão que nos une, continuou, “é a de um país que quer mudar com base nos valores da iniciativa e da igualdade de oportunidades”, mas também de um país centrado no conhecimento, “que é uma questão central de uma visão progressista”.

O primeiro-ministro defendeu ainda “um país mais cosmopolita,

que veja na globalização uma oportunidade de vencer”, adiantando que “um país de oportunidades para todos, centrado no conhecimento e mais cosmopolita é o que deve inspirar a nossa acção política”.

Falando na aposta no conhecimento que o Governo tem vindo a realizar, Sócrates referiu que pela primeira vez um por cento do PIB foi canalizado para a ciência, houve um concurso para mil novos investigadores e estão a decorrer mudanças profundas na educação.

“O pior era não termos feito mudanças, porque as mudanças são fundamentais para melhorar o sistema educativo”, disse.

A terminar a sua intervenção, o primeiro-ministro afirmou ainda que o que os une aos jovens quadros, que considerou “uma geração à altura dos novos tempos”, é “a atitude de quem quer agir para construir um país melhor” e a “abertura para querer o mundo melhor das ideias”.

Antes da intervenção de José

Sócrates a encerrar os trabalhos, no encontro “Geração de Ideias” estiveram em discussão quatro painéis: “Ambição, acção e política”, “Globalização, cosmopolitismo e modernização”, “Ciência e conhecimento” e “Igualdades e cidadania”.

No manifesto de apresentação, os jovens quadros referem que a iniciativa “Geração de Ideias” pretende “responder a uma necessidade vital do país. Passados os impulsos modernizadores motivados pela democracia e pela adesão à União Europeia, é essencial assegurar um novo impulso assente na iniciativa, nas ideias, na determinação e na acção dos portugueses”.

A “Geração de Ideias” afirma ainda querer estar “apta a gerar ideias e conhecida pelas suas ideias”, mas também ser uma “Geração de Acção”, que trabalha para as concretizar, no quadro de uma esquerda progressista que valoriza as pessoas, a iniciativa, a solidariedade social e uma atitude afirmativa perante o mundo”.



“A ‘Geração de Ideias’ tem a ambição de recolocar Portugal na rota da convergência com as sociedades mais desenvolvidas. Assume uma atitude de acção e de transformação da realidade”

# Socialistas assinalam 8 de Março

**Paladino de uma sociedade moderna e desenvolvida, pautada pela igualdade de oportunidades para todos e pioneiro na paridade na política, o Partido Socialista associou-se, como é de sua tradição, às comemorações do Dia Internacional da Mulher.**

MARY RODRIGUES

DIVERSAS estruturas do PS promoveram acções que marcaram o dia 8 de Março, uma data que assinala décadas de luta contra a discriminação baseada no género, que, pese embora tenha verificado grandes evoluções em Portugal nestes três anos de governação socialista, continua a ser actual e necessária.

A abrir o programa comemorativo desta efeméride, o Departamento Nacional de Mulheres do nosso partido promoveu a I Cimeira das Mulheres da Lusofonia, uma iniciativa subordinada ao tema "O Empreendedorismo no Feminino - Que políticas para um desenvolvimento justo e sustentável", que decorreu no dia 1 de Março, em Lisboa, tendo contado com a presença de duas centenas de participantes oriundas de todos os países de língua oficial portuguesa (ver páginas 14 e 15).

Em Alcanena, distrito de Santarém, a Comissão Política Concelhia do PS local, em conjunto com o Departamento Federativo de Mulheres, organizou um almoço-convívio para homenagear todas as militantes que contribuíram ao longo da história para construir o caminho para uma sociedade mais justa.

Neste almoço foram destacadas as mulheres presentes na sessão com

mais de 25 anos de militância socialista, a saber, as camaradas Aldina Marques e Maria Prazeres Marques, de Alcanena, bem como Maria Marques, de Tomar.

Por sua vez, a Concelhia de Palmela, com o apoio do Departamento Federativo de Mulheres do PS de Setúbal, promoveu outro almoço comemorativo do 8 Março, num convívio onde se fez honras à camarada Teresa Almeida, ex-governadora civil, "pela sua participação activa e reconhecida na vida política do distrito" sadino.

Também o Secretariado da Secção do PS/Covilhã fez a sua homenagem às militantes mais antigas.

Esta iniciativa pretendeu demonstrar a importância do papel da mulher na política, até porque se hoje há ainda um longo caminho a percorrer nesta matéria, há 25 anos a situação era bem mais difícil para as mulheres que pretendessem ter um papel político-partidário activo.

Foi, pois, em reconhecimento da coragem dessas camaradas que o salão da sede do PS/Covilhã se encheu de militantes para homenagear Cremilde Ferrão Silva, Maria Ascensão Alves, Maria Albertina Almeida, Maria Helena Pedro, Maria Gorete Vicente, Maria Cândida Barreiros, Natividade Matos Carriço, Ana Paula Galvão, e Fernanda Nunes Pais.



## As mulheres são capazes!

Quanto às iniciativas comemorativas do 8 de Março de âmbito nacional, destaque-se a cerimónia de lançamento do livro "Na política, as mulheres são capazes", um evento organizado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

Nesta ocasião, Elza Pais, presidente da CIG, Leonor Coutinho, deputada socialista, Jorge Lácio, secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Maria da Luz Rosinha, presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, Sandra Correia, gestora da PELCOR e Paula Carneiro, gerente em Portugal da Microsoft, debateram questões relacionadas com a tomada de decisões

no feminino nas áreas política e económica.

A ideia central deste encontro prendeu-se com as dificuldades que as mulheres sentem ao exercerem cargos de decisão, quer no âmbito do exercício de cargos públicos, quer no meio empresarial, mas, ao mesmo tempo, com o novo olhar que elas trazem a esses meios laborais, permitindo inovar.



## Regularize as suas quotas Novo Regulamento de Quotas

Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

### Quota mínima

Semestral.....6€  
Anual .....12€

### Quota suplementar

(Inclui "Acção Socialista")  
Semestral...12€  
Anual.....24€

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em cheque;
2. Transferência bancária

Conta: Millennium BCP  
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873  
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132  
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE  
(total de 9 dígitos)

MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)  
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

Linha Azul  
808 201 695



Contamos consigo!

OPINIÃO



## CDS-PP E ASAE A QUEM NÃO SABE FAZER RESTA A DEMAGOGIA

FERNANDO SERRASQUEIRO  
Secretário Nacional Adjunto

COM a ASAE, inaugurou-se em Portugal uma nova forma, determinada e deliberada, de praticar a segurança alimentar e económica.

A ASAE tem, hoje, dois anos e dois meses de prova dada na defesa da boa concorrência e dos interesses dos consumidores. Reúne o respeito dos operadores económicos cumpridores. E é já timbre de garantia de boas práticas. Mas a medida do seu êxito é talvez melhor apreendida no desagrado que propicia junto aos faltosos e prevaricadores, bem como no desconforto visível daqueles que não a souberam fazer.

O CDS-PP age como amplificador de críticas e mitos criados à volta da ASAE. Talvez pretenda, assim, redimir-se da sua inacção e/ou esboroar os seus erros em tempos governativos. Com efeito, após 7826 operações, 2693 processos crime, 20385 processos de contra-ordenação e 796 detenções, devemos perguntar onde estava a iniciativa do CDS-PP à época das suas funções governativas. Será que não existiria em Portugal prevaricação ou não existiria fiscalização ou não existiria CDS-PP? Hoje, ou então?

No exercício de funções executivas, o CDS-PP legislava sobre galheteiros invioláveis, de forma tão absoluta e ampla, que a Associação da Restauração e Similares de Portugal (ARESP) se referia, ironicamente, à nossa qualidade de “excelentes alunos de Bruxelas”, capazes de produzir “uma legislação interna mais exigente do que se impõe a nível Europeu!”.

No exercício da oposição, o CDS-PP esquece essa sua produção legislativa, no dizer da ARESP, e cito, “absurda”, “completamente despropositada e desajustada da realidade”. Ao invés, opta por penalizar o mensageiro, e remete para a ASAE, no exercício devido das suas funções, as responsabilidades do legislador, no caso, o próprio CDS-PP.

Que pretendeu o CDS-PP com as recomendações ao Governo no âmbito da organização e actividade da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica?

Ao invés de uma proposta legislativa útil e equilibrada, cumprindo uma das mais nobres funções do Parlamento, o CDS-PP propôs uma catadupa de enganos, sustentados na impreparação, no desmazelo e na demagogia.

Impreparação, ou não erraria o Partido Popular ao atribuir ao PRACE a génese da ASAE, então já com seis meses de existência. Desmazelo, ou não esqueceria o Partido Popular de referenciar, na criação da ASAE, quer a APSA, quer a Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, esta última responsável, tão-só, por 60 por cento do seu quadro de pessoal e orçamento. E manifesta demagogia, ou não proporia o Partido Popular, no âmbito das suas 12 recomendações, três

com princípios já contemplados na lei (Recomendação 1,2 e 4), quatro com propostas mal informadas (Recomendação 5, 10, 11 e 12) e outras três com objecto manifestamente impraticável (Recomendação 3, 6 e 7).

Esta pseudo-produção legislativa popular não oferece, pois, qualquer segurança, sentido ou benefício. Deve, aliás, suspeitar-se dela, como deve suspeitar-se sempre da desinformação, da imprudência ou da propaganda popularucha.

O Partido Popular refugia-se na voracidade da crítica, na animosidade fácil e no trampolim da demagogia. Credibiliza mitos disformes e desproporcionados. E ao invés de se aliar ao reconhecimento geral do bom trabalho ao nível da segurança alimentar e económica, arvora-se em carpideira dos faltosos e descontentes, procurando pódio numa saudosa Liga dos Últimos.

Só assim se explica que o Partido Popular se exceda, atribuindo a uma fiscalização da ASAE

“Este Governo não é refém de medidas populares, nem órfão de acções determinadas”

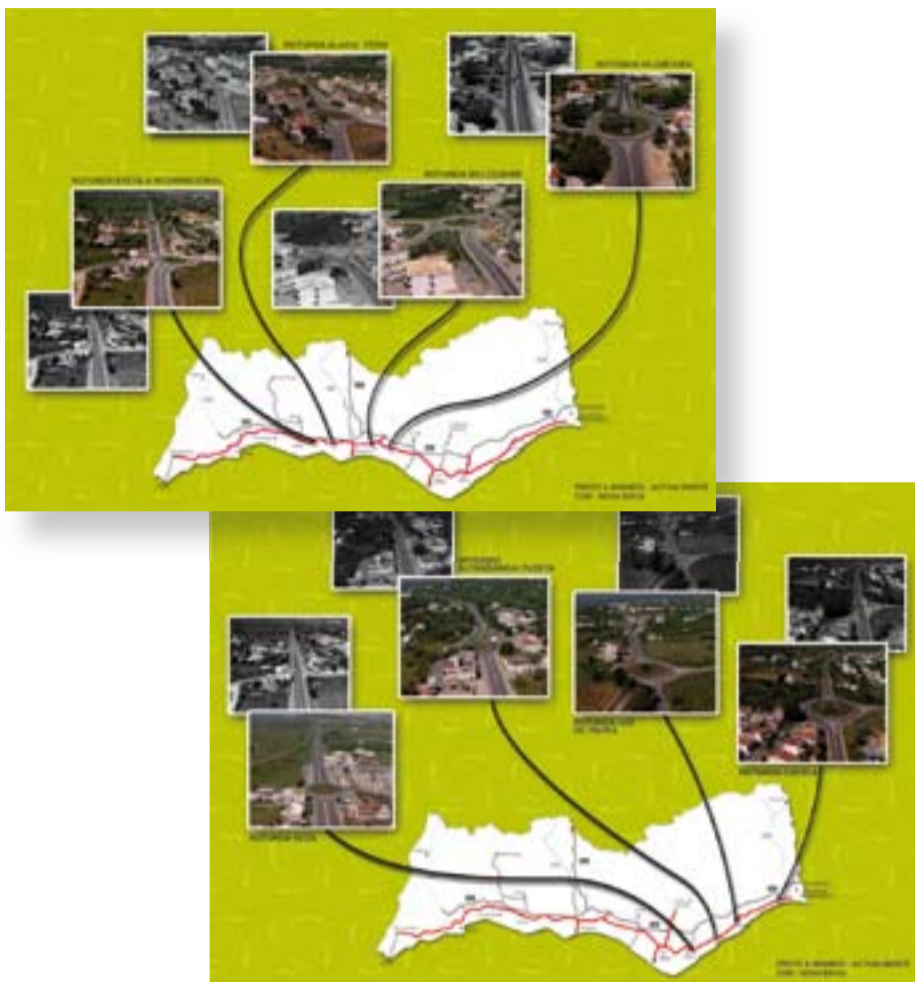
que nunca ocorreu!, a responsabilidade pelo encerramento de uma fábrica, afinal, já ocorrido! Só assim se explica que o Partido Popular se desmereça, apontando em riste para a ASAE e repreendendo-a pela devida fiscalização da Lei, inclusive da sua própria autoria. Só assim se explica que o Partido Popular se desencaimhe, aliando-se à hostilidade dos faltosos, generalizando excepções e reivindicando um registo fiscalizador tolerante e facilitista.

Ao facilitar-se as regras de segurança, negligenciam-se os interesses dos consumidores e prejudica-se a boa concorrência. Ao propor-se o beneplácito da tolerância *ad-hoc*, pela mão dos inspectores in situ, abre-se o caminho à discricionariedade, passível de gerar aliciamentos e irregularidades, que queremos assumidamente evitar.

Este Governo não é refém de medidas populares, nem órfão de acções determinadas. Para nos demover do nosso propósito da segurança alimentar e económica, não bastará ao Partido Popular a sustentação de enredos novelescos, nem a prática da demagogia.

A nossa acção continuará, na promoção justa e equilibrada dos interesses dos consumidores e da boa concorrência.

# Investimento na Estrada Nacional 125



## ALGARVE

### 150 milhões de euros para travar sinistralidade e melhorar a circulação rodoviária, apostando na Requalificação Urbana e Paisagística

O GOVERNO lançou no dia 16 de Março o concurso de uma nova concessão rodoviária – a Concessão Algarve Litoral – que procederá à requalificação e reordenamento da via mais estruturante da região Algarvia – a Estrada Nacional 125.

Esta concessão só é possível graças ao novo modelo de gestão do sector rodoviário, que permitiu a definição de uma nova estratégia de integração e concentração dos investimentos, ao invés do que sucedia anteriormente, em que as intervenções eram parcelares, faseadas, pontuais e diluídas no tem-

po. Nasce, assim, a primeira concessão rodoviária de uma estrada nacional, o primeiro projecto de requalificação envolvendo a via em toda a sua extensão.

Trata-se de um empreendimento que vai proceder à requalificação, conservação e exploração de 157,5 km de estrada; à construção, conservação e exploração de 29,5 km; e ao conservação e exploração de 86 km. Numa extensão total de 273 km.

A Concessão Algarve Li-

toral representa um investimento de cerca de 150 milhões de euros e abrange 14 concelhos do Algarve, designadamente: Vila do Bispo, Lagos, Monchique, Portimão, Silves, Lagoa, Albufeira, Loulé, Faro, S. Brás de Alportel, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António e Castro Marim. O que corresponde a uma população local de mais de 400 mil pessoas.

Mais informações em [www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt)

## REDUÇÃO DA SINISTRALIDADE

HISTORICAMENTE a EN125 sempre se apresentou como uma das vias com maior sinistralidade do país.

Contabilizando o período entre 1998 e 2007, a EN125 foi a segunda estrada onde, não só ocorreram mais acidentes com vítimas

mortais mas também, onde se registaram mais vítimas mortais, cerca de 290. Nesse mesmo intervalo de tempo, o número médio de acidentes com vítimas mortais foi de 27 acidentes por ano, e o número de vítimas mortais foi de 29 mortos por ano.

**Acção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net)

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt), Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt), Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) ■ **Secretariado** Virgínia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt) ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Acção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>